ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 49 — Série VII — N.º 329
8 de Maio de 1980

Preço: 12$50

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português | Dir./Red. – R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 – Telex 18390 | Composição e impressão – Heska Portuguesa | Distribuição – *CDL*, R. Pedro Nunes, – 1000 Lisboa

REUNIÃO DO COMITÉ CENTRAL DO PCP

ABRIL VENCERÁ!

- A resistência popular à ofensiva reaccionária do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral atinge uma amplitude e uma unidade sem precedentes
- A luta firme e poderosa da classe operária e de todos os trabalhadores e o funcionamento normal das instituições democráticas começam a entravar de facto a operação subversiva das forças reaccionárias
- A demissão do Governo Sá Carneiro é urgente para defesa do regime democrático e para assegurar a realização de eleições democráticas para a Assembleia da República
- Três grandes tarefas se colocam na situação actual:
  1. Resistir com firmeza à ofensiva inconstitucional e ilegal do Governo "AD"
  2. Assegurar o funcionamento das instituições democráticas
  3. Alcançar uma grande vitória democrática nas próximas eleições para a Assembleia da República

Na sua reunião plenária realizada no passado sábado, o CC do PCP analisou a situação política nacional e internacional e aprovou dois importantes documentos: *O PCP com o povo na defesa do Portugal de Abril* (a que se referem os pontos acima indicados) e *A situação internacional, a política externa do Governo e a actividade internacional* que publicamos em separata nas páginas centrais

O camarada Zdzislaw Zandarowski foi recebido em Lisboa pelo camarada Octávio Pato

Delegação polaca visita Portugal

Pág. 2

COMÍCIO

Hoje, às 21.30, na Sociedade Euterpe Alhandrense com a participação dos camaradas **Zdzislaw Zandarowski e Octávio Pato**

O Encontro Nacional do PCP sobre problemas de Saúde é já no próximo fim-de-semana

Pág. 12

O camarada Tito durante a vitoriosa guerra do povo jugoslavo contra a agressão nazi-fascista

A morte do Presidente Tito

Pág. 2

Pág. 3

DE NORTE A SUL DE PORTUGAL O MAIOR 1º DE MAIO DE SEMPRE

Editorial TRÊS TAREFAS ESSENCIAIS NA SITUAÇÃO ACTUAL

Editorial

TRÊS TAREFAS ESSENCIAIS NA SITUAÇÃO ACTUAL

UM Partido ligado às realidades nacionais e ao processo complexo de transformações democráticas e revolucionárias em curso no nosso País;

Um Partido inserido na vida e na luta diárias do Povo português, odiado pelas forças retrógradas, que trazem no bojo o passado, e alvo principal da ofensiva fascizante de um Governo que todos os dias, na sua prática e na sua filosofia do Poder, atropela a legalidade democrática, as instituições, a Constituição da República;

Um Partido enraizado nas massas que com elas defende palmo a palmo as conquistas históricas do Portugal democrático nascido da Revolução de Abril e com elas constrói pedra a pedra, coluna a coluna, o edifício harmonioso do futuro da nossa Pátria liberta da opressão do grande capital e da tutela do imperialismo;

Um Partido responsável que, resolutamente, contra ventos e marés, aponta o caminho da superação das dificuldades actuais e da resistência vitoriosa à contra-revolução larvada no seio do próprio Governo e da Aliança reaccionária, esse Partido – o Partido Comunista Português – uma vez mais examinou aprofundadamente a situação nacional e definiu as tarefas essenciais imediatas no momento presente.

A Reunião Plenária do CC do PCP de sábado último representa uma contribuição que só um grande partido operário e popular de têmpera revolucionária pode dar para o aclaramento da intrincada situação nacional que atravessamos e para a derrota da operação subversiva global que as forças reaccionárias detentoras do Governo movem contra o regime democrático.

Com base no exame aprofundado da situação portuguesa actual e das suas premissas e desenvolvimento, o CC do PCP definiu as três grandes tarefas actuais do movimento popular e democrático para derrotar os planos da reacção e assegurar a continuação do Portugal de Abril.

A primeira: **resistir com firmeza à ofensiva inconstitucional e ilegal do Governo da Aliança reaccionária;**
A segunda: **assegurar o funcionamento das instituições democráticas;**
A terceira: **alcançar uma grande vitória democrática nas próximas eleições para a Assembleia da República.**

Da realização com êxito destas três grandes tarefas dependem os destinos imediatos e a médio prazo da democracia portuguesa e das suas principais conquistas.

RESISTIR com firmeza à ofensiva do Governo fascizante Sá Carneiro/Freitas do Amaral, significa atribuir uma atenção fundamental ao fortalecimento e dinamização do movimento popular de massas como factor determinante de uma mudança democrática na situação portuguesa actual.

O aumento do custo de vida, incontrolado e incontrolável pela reacção, a perda do poder de compra dos salários e o agravamento da crise económica fornecem as condições objectivas para o desencadeamento de novas lutas contra a política do Governo.

O Governo do PPD e do CDS assenta a sua acção antipopular e antidemocrática numa política de dupla face: a exploração mais desenfreada dos trabalhadores aliada à demagogia mais descarada. Esta duplicidade é uma constante da política da reacção.

Mesmo hoje, quando as promessas da Aliança reaccionária no período eleitoral se esfumaram na sua verdadeira política de classe a favor do grande capital e dos latifundiários, aliados ao imperialismo, o Governo Sá Carneiro procura mascarar a sua política real com medidas de fachada, sem nenhum efeito prático na elevação do nível de vida ou no desagravo geral da situação das classes trabalhadoras e das camadas intermédias da população portuguesa.

A luta pelo aumento do salário mínimo nacional, das pensões de reforma e dos subsídios, nas categorias e montantes estabelecidos pelo III Congresso da CGTP-Intersindical;

A luta contra o desemprego, contra os contratos a prazo e o congelamento da contratação colectiva, pelo direito ao trabalho;

A luta pelo abaixamento das rendas de casa – são componentes duma justa e necessária luta para travar a exploração agravada das classes trabalhadoras da cidade e do campo, sobre a qual os grandes capitalistas portugueses e estrangeiros intentam acumular riquezas e concentrar e centralizar o capital – base indispensável para a reconstituição do poder económico e político dos monopólios e do latifúndio.

A luta firme e organizada no quadro da legalidade democrática e no pleno uso pelos trabalhadores de todos os seus direitos e prorrogativas constitucionais, é, além disso, a forma mais directa, acessível e prática de impedir o estabelecimento de um novo tecto salarial, em confronto com a subida em escalada ininterrupta da taxa da inflação e dos preços e a queda do poder de compra dos salários a níveis insustentáveis, expressos de facto no OGE que o Governo Sá Carneiro e a sua maioria parlamentar intercalar e escassa acabam de fazer aprovar na Assembleia da República.

NA zona de intervenção da Reforma Agrária, onde os trabalhadores suportam a mais violenta, ilegal e banditesca ofensiva de destruição desta significativa conquista de Abril desencadeada pelo Governo Sá Carneiro através do MAP e capitaneada directamente por Goulão – uma sinistra criatura particularmente odiada pelos trabalhadores – o processo da luta põe na ordem do dia o desenvolvimento das formas de resistência dos trabalhadores. Uma rica experiência foi acumulada ao longo de meses nesta brutal ofensiva reaccionária para a reconstituição do latifúndio e, certamente, dará frutos.

Mas a Reforma Agrária é também uma conquista irreversível da Revolução de Abril, uma conquista de todo o Povo português e novas formas de solidariedade são indispensáveis.

No quadro da ordem democrática e da Constituição o processo de luta criará as condições necessárias para o rápido restabelecimento da legalidade e dos direitos dos trabalhadores na zona na Reforma Agrária.

A Reunião Plenária do CC do PCP debruçou-se com particular atenção sobre a situação existente no Alentejo e no Ribatejo e sobre o reforço da acção do Partido na condução da luta neste sector nevrálgico da Revolução portuguesa.

NO decurso dos últimos meses e particularmente das últimas semanas o movimento popular e democrático de massas sofreu alterações substanciais.

Poderosas greves, manifestações, paralisações e outras formas de luta conduziram a alterações qualitativas de natureza particular.

O Comité Central do PCP chamou a atenção para a rápida politização das lutas de massas e de todo o processo reivindicativo como resposta ao endurecimento da política do Governo, da repressão patronal e do Estado.

A política de brutal restauração do capitalismo monopolista e dos latifúndios da parte do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral arrasta cada vez mais à luta não só os trabalhadores como outras classes e camadas do Povo português duramente afectadas por essa política. A crescente resistência e combatividade das massas populares está na base da profundeza e da intensidade das alterações qualitativas do movimento de massas no momento actual.

A poderosa jornada nacional de luta de 19 de Abril mobilizou centenas de milhares de trabalhadores e representou um salto qualitativo na organização e na consciencialização política das massas.

Este processo conduziu às gigantescas manifestações do 25 de Abril e sobretudo do 1.º de Maio que assumiu uma expressão de excepcional importância no historial de luta do Povo português.

Às alterações quantitativas sucedem-se numa cadência nova as alterações qualitativas.

Estão maduras as condições para novas e ainda mais importantes lutas, para a intensificação do movimento de massas contra a política de restauração dos monopólios e dos latifúndios que anima cada acto e cada passo do Governo fascizante Sá Carneiro/Freitas do Amaral.

A defesa dos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores funde-se cada vez mais com a defesa da legalidade democrática, das instituições, da Constituição.

OBRIGANDO ao cumprimento da Constituição, impedindo leis, decisões e actos inconstitucionais de que está recheada a existência do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral; recorrendo aos Tribunais, impedindo ilegalidades, exercendo as liberdades e direitos dos cidadãos e fazendo observar a ordem democrática, o Povo português levantará uma barreira intransponível contra a operação subversiva da reacção.

O impasse constitucional e a desestabilização do regime continuam a objectivar e a marcar toda a política da Aliança reaccionária para assegurar o controlo absoluto do Poder.

A insistência do Governo Sá Carneiro na lei dos limites entre o sector público e nacionalizado e o sector privado, duas vezes chumbado no CR, assim como a escolha de um militar do 24 de Abril como candidato da «AD» às eleições presidenciais, constituem tentativas indesfarsáveis de ataque à Constituição e à legalidade democrática.

Na Assembleia da República a maioria reaccionária dá expressão prática à teoria da «bipolarização» de Sá Carneiro, uma via de confrontação violenta que nas intenções das forças reaccionárias conduziria a situação do País a um beco sem saída no quadro constitucional.

O CC do PCP destaca como uma das mais importantes tarefas da situação actual derrotar os partidos da direita nas próximas eleições legislativas.

A aliança reaccionária intenta apagar a importância relevante das eleições legislativas de 1980 desviando as atenções para as eleições presidenciais e fazendo crer que são estas e não as outras que decidem do futuro político do Povo português. A reacção pretende enganar o povo quanto à importância relativa das duas eleições.

A necessidade de remeter à antiga posição minoritária na Assembleia da República nas próximas eleições legislativas os partidos da direita é o primeiro objectivo que se coloca às forças democráticas como forma necessária de cortar o passo à reacção.

Assegurar uma grande votação no PCP e na APU para garantir a vitória eleitoral e a maioria das forças democráticas na Assembleia da República é o segundo grande objectivo a atingir nas eleições legislativas de 1980.

Só a vitória substancial da forças democráticas através da votação maciça no PCP e na APU pode garantir a estabilidade e o equilíbrio entre os órgãos de soberania, assegurar a estabilidade governamental, defender a legalidade e a ordem democráticas e a Constituição.

O PCP com a sua política aberta e não sectária está disponível para entendimentos e acordos com outros partidos democráticos com vistas a derrotar as forças reaccionárias nas próximas eleições.

O acordo assinado com o MDP/CDE já depois da Reunião Plenária do CC do PCP abre possibilidades reais para uma nova dinâmica unitária e uma larga aliança democrática na disputa das eleições de 1980.

A conjugação de todas as formas e frentes de luta é uma exigência imprescindível para novos saltos qualitativos na luta contra as forças reaccionárias e contra as suas tentativas de assalto ao Poder e de controlo absoluto de todos os órgãos de soberania.

O Governo fascizante de Sá Carneiro e a sua maioria parlamentar conjuntural e escassa não são imbatíveis. Importantes vitórias na frente de massas e na frente legislativa foram já obtidas pelas forças democráticas. Aprofundar esses êxitos, preparar novas e decisivas derrotas da reacção e, antes de tudo, como condição necessária de defesa da democracia, exigir e obter a demissão do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral são passos imediatos a que a Reunião Plenária do CC do PCP atribuiu atenção fundamental.

A morte do Presidente Tito

Morreu no dia 4 de Maio o camarada Josip Broz Tito, marechal, Presidente da República Socialista Federativa da Jugoslávia, na sequência de uma hospitalização que se prolongou por cerca de 4 meses.

Após a comunicação da sua morte, pelo Comité Central da Liga dos Comunistas da Jugoslávia, foi decretado luto oficial na Jugoslávia, mensagens de condolências foram enviadas de todo o mundo, por parte dos governos, partidos políticos e organizações sociais, em particular da União Soviética e dos outros países socialistas e dos partidos comunistas e operários. O Partido Comunista Português enviou também uma mensagem de condolências que vem publicada nas páginas deste «Avante!».

No funeral, que se realiza hoje, estão presentes delegações ao mais alto nível de todos os continentes. Portugal está representado em Belgrado pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes. A delegação soviética é chefiada pelo camarada Leonid Brejnev, secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética e presidente do Presidium do Soviete Supremo. A República de Cabo Verde é representada pelo presidente Aristides Pereira e a Guiné-Bissau pelo presidente Luís Cabral. A delegação da República Popular de Moçambique é chefiada por Marcelino Santos.

O Partido Comunista Português é representado por uma delegação chefiada pelo camarada Álvaro Cunhal e que inclui o camarada Raimundo Narciso, do CC do nosso Partido. A delegação partiu ontem de manhã para Belgrado.

Josip Broz Tito nasceu a 25 de Maio de 1892 na aldeia de Kumrovec, na Croácia, sendo o sétimo filho de uma numerosa e pobre família de camponeses. Trabalhou como serralheiro e mecânico em oficinas de Zagreb, na metalurgia e em fábricas de motores da Eslovénia, Boémia, Alemanha. Em Viena de Áustria foi piloto de experiências nas fábricas de automóveis Daimler. Melhorou os seus conhecimentos profissionais, aprendeu checo e alemão e ingressou no movimento sindical.

Ao rebentar a I Guerra Mundial, o camarada Josip Broz era sargento no 25.º Regimento da Croácia, tendo estado preso durante algum tempo, como socialista que se opunha à guerra. É ferido e feito prisioneiro durante uma batalha na frente russa, ficando prisioneiro de guerra, convalescendo largo tempo no hospital e em campos de prisioneiros, nos Urais. Aprende russo, lê literatura russa e toma contacto com o movimento operário deste país. Após a Revolução de Fevereiro de 1917 foge para S. Petersburgo, onde participa nas manifestações de Julho; é preso na fortaleza de Pedro e Paulo e deportado para a Sibéria. Durante a viagem consegue fugir para Omsk, onde se junta à «Guarda Vermelha» Internacional e ao Partido Bolchevique.

Em 1920 regressa à Jugoslávia, trabalha como operário em Zagreb e toma parte no então muito activo movimento revolucionário operário. Quando este movimento, ainda em 1920, é proibido, muda-se com a família para a cidade de Veliko Trojstvo onde se torna activista do então clandestino Partido Comunista. Em 1927 ascende a dirigente da organização do partido em Zagreb, a maior do país, nessa altura. Em 1928 é preso e condenado a cinco anos de prisão pelas suas actividades políticas. Cumprida a pena é exilado para Kumrovec, a sua terra natal, mas volta para Zagreb, onde continua a sua actividade política clandestina, tomando nessa altura o nome de Tito. Toma-se membro do Comité Central do Partido Comunista em 1934 e em 1935 vai para Moscovo, onde trabalhou na secção balcânica do Komintern e foi companheiro de Georgi Dimitrov.

No final de 1937 Tito é eleito secretário-geral do Partido Comunista Jugoslavo. Quando a Alemanha nazi e a Itália fascista atacam a Jugoslávia em 6 de Abril de 1941, o regime e o respectivo Exército depressa capitulariam, e seria o Partido Comunista Jugoslavo, na clandestinidade, que organizaria a resistência. Tito desenvolveria intensa actividade na direcção e organização deste movimento libertador. Núcleos de «partisans» foram rapidamente organizados por todo o país, vindo a constituir mais tarde o Exército de Libertação Nacional. É eleito o Conselho Antifascista para a Libertação Nacional da Jugoslávia (AVNOJ) que em 1943 se constitui em Conselho Nacional, assumindo o papel de governo da nação. O AVNOJ concede a Tito o título de «Marechal da Jugoslávia».

O Exército de Libertação Nacional resistiu vitoriosamente a todas as ofensivas do nazismo e conduziu uma campanha que culminou com a derrota dos invasores e a libertação do território jugoslavo.

Após a libertação, o camarada Tito continuou a liderar o Partido, tornando-se Presidente da Frente Nacional, Presidente do novo Governo, comandante do Exército e, mais tarde, Presidente da República.

Figura destacada do movimento comunista internacional, o Presidente Tito viria ainda a assumir papel de relevo no surgimento e estruturação do movimento dos países não-alinhados.

Em Maio de 1974 a Assembleia da República Socialista da Jugoslávia elegeu o camarada Tito Presidente com mandato ilimitado e no Congresso da Liga dos Comunistas da Jugoslávia foi também eleito Presidente com mandato ilimitado da LCJ. Recebeu duas vezes o título de «Herói Nacional da Jugoslávia», por méritos na guerra e pela sua acção posterior, e ainda muitas outras altas condecorações jugoslavas.

Voto de pesar na AR

A Assembleia da República aprovou, na terça-feira passada, por unanimidade, um voto de pesar pelo falecimento do Presidente Tito, tendo guardado um minuto de silêncio após a votação. O voto foi apresentado por iniciativa unânime dos membros da Conferência dos Grupos Parlamentares.

Telegrama do CC do PCP

No passado dia 5 de Maio, o Comité Central do PCP enviou ao Comité Central da Liga dos Comunistas da Jugoslávia o seguinte telegrama:

Queridos camaradas

O Comité Central do Partido Comunista Português exprime ao Comité Central da Liga dos Comunistas da Jugoslávia e ao povo trabalhador da República Socialista Federativa da Jugoslávia os seus sentimentos de grande pesar e sentidas condolências pelo falecimento do camarada Tito.

Nesta hora de luto para os comunistas e os povos da Jugoslávia, prestamos sentida homenagem ao revolucionário comunista, ao dirigente do PCJ na luta heróica de libertação da Jugoslávia da ocupação nazi-fascista, ao dirigente eminente da RSFJ, ao estadista de projecção internacional, ao combatente da paz e da causa da libertação nacional dos povos.

Asseguramo-vos, queridos camaradas, os sentimentos de fraternal amizade e solidariedade dos comunistas portugueses.

Delegação polaca em Portugal

Chegou a Lisboa na passada segunda-feira uma delegação do Partido Operário Unificado Polaco para uma vista de vários dias a Portugal, a convite do Comité Central do PCP.

Esta delegação – que é composta por Zdzislaw Zandarovski, membro suplente da Comissão Política e Secretário do CC do POUP, Jerzy Wojtecki, membro do CC e responsável do Departamento de Agricultura do CC, Henryk Szablak, membro Suplente do CC e Secretário do Comité de Varsóvia do POUP e Krzystof Antczak, membro da Secção Internacional do POUP – realizou na tarde da passada terça-feira, uma primeira sessão de conversações com uma delegação do PCP composta por Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do Partido, Octávio Pato e Sérgio Vilarigues, membros da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP e Albano Nunes, membro do Comité Central.

Está previsto que nos próximos dias a delegação dos comunistas polacos contacte directamente com diversos aspectos da realidade portuguesa e da actividade do PCP.

Amanhã no Teatro Vasco Santana em Lisboa

Sessão comemorativa do aniversário da vitória sobre o nazi-fascismo

Foi precisamente há 35 anos, em 8 e 9 de Maio de 1945, a vitória sobre o nazi-fascismo. Terminava a guerra e nascia na Europa uma nova situação, com profundas repercussões no contexto da História Contemporânea: com a Pátria de Lénine, baluarte da luta contra o fascismo hitleriano, formava-se uma comunidade de países socialistas e começava também uma importante fase do combate às diversas formas de opressão na Europa e no Mundo.

Hoje e amanhã a data é assinalada em praticamente todos os pontos do Globo. Entre nós, é de salientar as iniciativas programadas pelas Associações de Amizade com os países socialistas, e particularmente a que se realiza **amanhã** no Teatro Vasco Santana, em **Lisboa.**

A partir das 15 horas começam ali a ser exibidos filmes cubanos de desenhos animados, seguindo-se documentários da Bulgária, RDA (''Em prol da Paz''), Checoslováquia ("Maio de 45") e ainda a grande metragem soviética "O último assalto", que relata a batalha final da II Grande Guerra (a tomada de Berlim pelas tropas soviéticas e a capitulação total e incondicional do alto comando nazi).

Às 18 e 30 inicia-se uma mesa-redonda sobre História do Fascismo, na qual estarão presentes especialistas portugueses e estrangeiros.

Após um intervalo, haverá a sessão solene, na qual intervirá o Dr. Luis Francisco Rebelo e em que participarão representantes do corpo diplomático e dos meios culturais, sociais e políticos do nosso país. O programa inclui ainda um conjunto de actuações artísticas com música e poesia (esta a cargo de Fernanda Lapa e José Carlos Gonçalez, que declamarão poemas de resistência.

No átrio do "Vasco Santana" estarão patentes exposições organizadas pelas diversas Associações de Amizade com os países socialistas, além de livros sobre a realidade naquelas nações e a luta contra o nazismo.

Entretanto, em Olhão, Vila Real de Santo António, Évora e Cacém realizaram-se já iniciativas comemorativas da efeméride, estando marcadas outras para o **Barreiro** (amanhã), **Montijo** (sábado), **Samora Correia** (domingo) e **Murtal-Parede** (dia 17).

A promoção destas iniciativas parte das Associações de Amizade de Portugal com a Bulgária, Checoslováquia, Cuba, RDA e URSS.

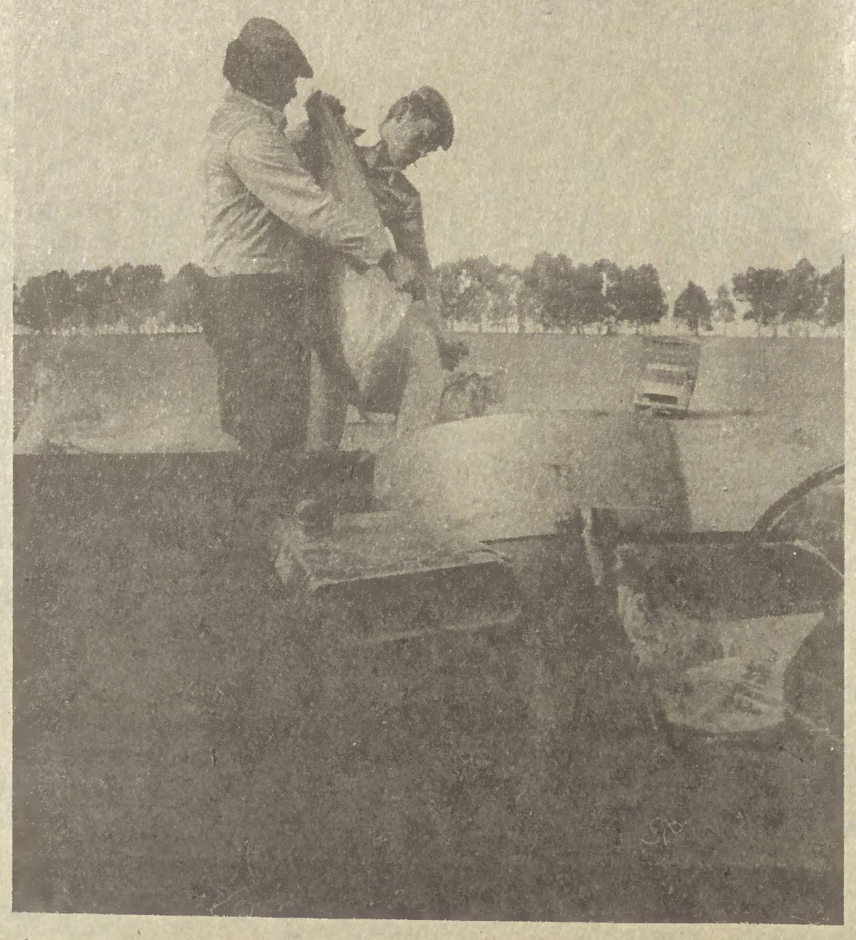
Hoje na «Voz do Operário»

Promovida pelo Conselho Português para a Paz e a Cooperação e pela União dos Resistentes Antifascistas Portugueses, sob o lema «A Paz é Possível, Fascismo Nunca Mais!» presidida por Ruy Luís Gomes. Serão oradores o tenente-coronel Pezarat Correia, Vasco da Gama Fernandes, Carlos Candal e Silas Cerqueira.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!
O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português.* Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699-Lisboa CODEX. Tel. 768345.
ADMINISTRAÇÃO: *Editorial Avante, SARL.* Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º – 1000 Lisboa. Tel. 769744/769751.
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 769725/769722.
DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL. **Serviços Centrais:** Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825.
Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C/v – 1000 Lisboa. Tel. 769705. (Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal)
Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa. Tel. 372238.
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto. Tel. 28938.
Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq – 4000 Porto. Tel. 310441.
Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 186, Pedrulha – 3000 Coimbra. Tel. 31286.
Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora. Tel. 26361.
Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro. Tel. 24417
ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828.
PUBLICIDADE CENTRAL:
Av. Santos Dumont, 63-A – 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. *Porto* – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 381067.
EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 – Venda Nova – 2700 Amadora. Tel. 900044.
Composto e impresso na Heska Portuguesa R. Elias Garcia, 27 – Venda Nova – 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Abril 71 013



O MAIOR 1.º DE MAIO DE SEMPRE!

De lés a lés

Estar presente na Festa definindo as exigências da luta

Os camaradas Álvaro Cunhal, Joaquim Gomes e José Casanova integraram-se na grandiosa manifestação de Lisboa

Este Maio é a certeza de Abril

Foi o Portugal do futuro que esteve no 1.º de Maio

O Povo português percorreu as ruas de setenta cidades e vilas do nosso país, transformando as comemorações do Primeiro de Maio de 1980 numa das mais vigorosas e significativas manifestações da vontade das massas trabalhadoras portuguesas. Foi assim vivo e vivido o Primeiro de Maio deste ano, o sétimo depois de Abril. Foi, é certo, mais um Maio na História aberta em Abril: mas foi, por ter sido isso, também mais gente e mais força, porque foi mais luta e mais certeza — mais luta e mais certeza de que, assim, Abril vencerá!

Nas ruas, nas praças e nos largos do nosso país o caudal popular transbordou para lá das margens e correu para o objectivo da voz colectiva que afirma uma vontade, que confia numa certeza, que se alicerça numa determinação: a vontade de que continuar a luta, a certeza de que o Governo irá para a rua, a determinação de fazer Abril vencer!

Maio foi, tal como há seis anos, a confirmação de Abril, a serena mas firme e entusiástica demonstração da capacidade de futuro de um povo que trabalha e luta, e que no trabalho e na luta defende o Abril do passado, consolida o Abril no presente e alicerça o Abril do nosso futuro colectivo.

Deste Maio fica a certeza

Deste Maio ficou a certeza de que mais cedo do que tarde, este Governo e esta política cairão para dar lugar a um novo governo e uma nova política que se identifiquem com os ideais de Abril — palavras da Comissão Organizadora das Comemorações do 1.º de Maio nos distritos de Lisboa e Setúbal.

É certo! É essa certeza que recolhemos nas ruas de Lisboa neste Maio que foi o maior dos Maios, quando centenas de milhares de vozes reafirmaram nas ruas da capital as exigências de Abril: «a luta continua, Sá Carneiro para a rua.»

Foram seis horas cheias de gente entre o Martim Moniz e a Alameda D. Afonso Henriques. Não sabemos quantos éramos, mas sabemos quem éramos: os que construímos e defendemos Abril no dia-a-dia contra os ataques do governo Carneiro/Amaral; os que, com uma das mãos, dizemos basta! à reacção acobertada neste Governo e, na outra, apresentamos alternativas concretas para o futuro do nosso país.

Semana

30, Quarta-feira

1978 – Os trabalhadores agrícolas do distrito de Bragança aprovam os estatutos do respectivo Sindicato, com sede em Mirandela, sendo o 4.º sindicto agrícola a formar-se no Norte do País.

Segundo notícia da ANOP, o Conselho da Revolução decide mandar submeter à Comissão Constitucional o terceiro projecto do Governo Carneiro/Amaral de delimitação do sector público e privado ■ No maior plenário de sempre realizado na empresa, os trabalhadores da Empresa Pública Notícias/Capital (EPNC) decidem, por aclamação, não acatar as indicações do Governo, que consideravam a EPNC em «situação económica difícil» ■ O Conselho da Informação para a RDP aprova, por 23 votos a favor e uma abstenção, um requerimento que pede a comparência dos quatro trabalhadores desta empresa pública sujeitos a processo disciplinar e da CA da RDP, com vista a obter o esclarecimento completo da denúncia de casos de censura prévia e pressões exercidas em jornalistas da RDP. A interdição, pelo director de informações da RDP, da divulgação aos microfones de quaisquer informações relativos a este assunto, foi objecto de uma moção de protesto do PCP, que viria a ser derrotada no CI ■ Funcionários do MAP, com a cobertura de uma força da GNR, demarcam mais uma reserva na UCP «Esquerda Vencerá», na herdade Monte da Velha, reconstituindo o latifúndio de José Eduardo Madeira e Brites Maria Janeiro ■ Em comunicado, o Sindicato dos Jornalistas insurge-se contra a «utilização absurda e escandalosa da generalidade dos órgãos de informação estatizada pelo governo».

1 Quinta-feira – Dia Mundial dos Trabalhadores

Mais de um milhão de trabalhadores sai à rua no 1.º de Maio para participar nas 70 manifestações promovidas de Norte a Sul do País pela CGTP-Intersindical Nacional, onde a palavra de ordem mais gritada, nomeadamente nas grandiosas manifestações de Lisboa e Porto, foi a exigência da saída do Governo reaccionário de Carneiro/Amaral.

2 Sexta-feira

1978 – Parte para Viena uma delegação da Assembleia da República para participar na 3.ª Conferência Interparlamentar sobre Cooperação e Segurança Europeias.

Trabalhadores em luta

A União Internacional dos Sindicatos Mineiros (UISM) protesta, em mensagem enviada ao Presidente da República, contra a recusa do Governo português em conceder entrada no nosso país a dirigentes seus e a delegações sindicais estrangeiras que deveriam participar numa reunião daquela organização em Lisboa ■ Em comunicado onde se faz o balanço das grandes movimentações de massas do 1.º de Maio, a Comissão Organizadora destas comemorações nos distritos de Lisboa e Setúbal considera que «deste Maio ficou a certeza de que mais cedo do que tarde este Governo e esta política cairão para dar lugar a um novo governo e a uma nova política que se identifiquem com os ideais de Abril» ■ Mais três agrários são «contemplados» com a demarcação de três reservas nas UCPs «4 de Agosto» e «Papoila Vermelha», em Cuba, com uma área total de cerca de 1 500 ha ■ O Conselho Científico da Faculdade de Ciências do Porto decide, por maioria, não dar início ao segundo semestre de aulas e não divulgar os resultados dos exames já efectuados, enquanto o MEC não der cumprimento integral ao «estatuto da carreira docente universitária» ■ A proposta do OGE-80 apresentada pelo Governo é aprovada na generalidade na Assembleia da República graças à escassa maioria que a Aliança reaccionária detém na AR ■ Os trabalhadores da empresa pública dos jornais «Diário de Notícias» e «A Capital» não cumprem os novos horários de trabalho que a administração lhes pretendeu impor, ao abrigo da declaração da empresa em situação económica difícil feita pelo Conselho de Ministros ■ O Movimento Democrático das Mulheres (MDM) divulga uma saudação às mulheres portuguesas assinalando as datas do 25 de Abril e do 1.º de Maio e apelando para a mobilização das mulheres em defesa do Portugal de Abril.

3 Sábado

1978 – Chega a Lisboa, para uma visita oficial, o rei Juan Carlos de Espanha.

Povo Unido nas Legislativas

Reúne o CC do PCP na sede da Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa, analisando a situação política e definindo três tarefas fundamentais, a curto prazo: resistir à ofensiva violenta, ilegal e inconstitucional do Governo PPD/CDS, assegurar o funcionamento democrático das instituições e as condições que possibilitem uma vitória das forças democráticas nas próximas eleições legislativas ■ O Secretariado Nacional do MDP aprova os termos do acordo a estabelecer com o PCP para concorrer, através da Aliança Povo Unido (APU), às próximas eleições para a Assembleia da República ■ Chega ao nosso país a Comissão da Educação da Guiné-Bissau para participar na reunião da Comissão Mista Luso-Guineense que decorrerá entre 5 e 9 de Maio, no Palácio das Necessidades.

4 Domingo

1943 – Bula «Inter Caetera», do papa Alexandre VI, que dividia «o mundo a descobrir» entre espanhóis e portugueses.

Termina em Almada com um comício onde esteve presente Álvaro Cunhal a «Festa da Amizade» que a organização local do PCP realizou durante o fim-de-semana nesta localidade ■ Paralisa a frota de pesca do Algarve para um período de 24 horas devido às greves dos pescadores da sardinha e dos motoristas marítimos que reivindicam, respectivamente, o pagamento do subsídio de desemprego e novas remunerações salariais ■ Demitem-se todos os órgãos autárquicos da ilha açoreana de Santa Maria, de maioria PPD/PSD, por discordarem da decisão tomada pelo Governo de Mota Amaral em transferir do aeroporto local para o das Lajes, na Terceira, os voos intercontinentais.

5 Segunda-feira

1835 – Um decreto cria em Lisboa o Conservatório de Música.

Madeira

O PCP e o MDP/CDE anunciam, em Lisboa a reconstituição da Aliança Povo Unido (APU), coligação eleitoral que se apresentará às próximas eleições legislativas ■ O Presidente da República recebe Maria de Lourdes Pintasilgo, que lhe comunicou a sua disponibilidade na procura de «vias de solução» para a representação portuguesa no Conselho Executivo da UNESCO ■ O secretário de Estado da Comunicação Social, Sousa Brito, não comparece a uma reunião do Conselho de Informação para a RTP, expressamente marcada para debater com aquele membro do Governo questões relacionadas com a Televisão ■ A greve dos pescadores da sardinha e dos motoristas marítimos termina hoje, com uma adesão quase total ■ O Grupo Parlamentar do PCP apresenta na Assembleia da República dois projectos de lei sobre o regime de eleição das Assembleias Regionais dos Açores e Madeira, em que propõe o aumento do número de deputados de cada um daqueles órgãos ■ Começa em Lisboa a 3.ª reunião da Comissão Mista Luso-Guineense, destinada a fazer o balanço da cooperação entre Portugal e a República da Guiné-Bissau.

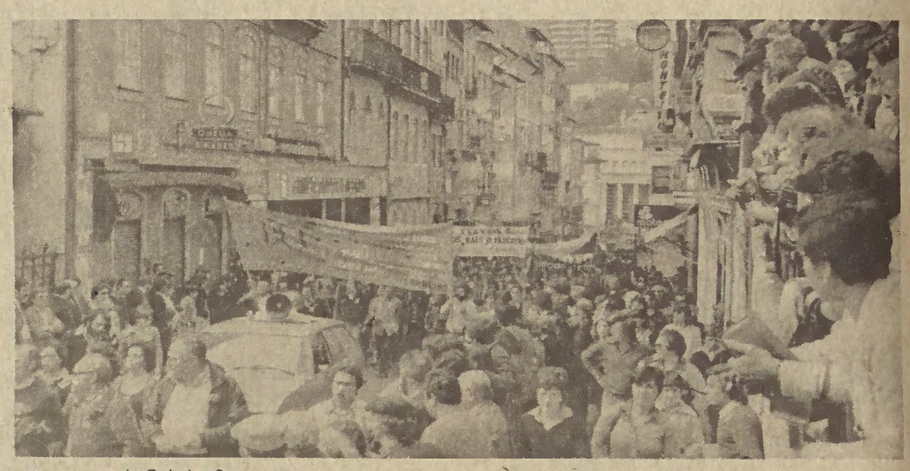
6 Terça-feira

1975 – Morrem, num desastre de automóvel, os militantes comunistas Maria Luísa Costa Dias e Pedro Soares, membro do Comité Central do PCP.

Um avião da TAP-Air Portugal, um Boeing 727 que seguia de Lisboa para Faro, é desviado para Madrid por um pirata do ar, um jovem armado com uma pistola que exige 7 500 contos para libertar cerca de 30 pessoas que mantém como reféns ■ A CGTP-IN denuncia que o Governo PPD/CDS prepara um pacote anti-operário de leis contrárias à Constituição e pretende impô-lo aos trabalhadores e aos órgãos de soberania como facto consumado ■ A direita, com a sua tangencial maioria na Assembleia da República, faz aprovar o ruinoso Orçamento Geral do Estado fabricado pelo Governo, rejeitando as propostas de alteração na especialidade apresentadas pela oposição e que visavam tomar menos oneroso para o Povo português o texto governamental

Quantos milhares encheram as praças do Porto...

... os largos de Évora...


... e as ruas de Coimbra?

O MAIOR 1.º DE MAIO DE SEMPRE!

Entre o Martim Moniz e a Alameda, pela Almirante Reis acima, a manifestação transbordava de gente, fazendo do trajecto deste Primeiro de Maio de 1980 uma vontade e uma afirmação que se assume em nome do futuro, pelo nosso país.

Ainda as palavras da Comissão Organizadora das Comemorações em Lisboa e Setúbal: **Deste grandioso 1.º de Maio ficou a certeza que com esta classe operária, com estes trabalhadores, com estes democratas e patriotas, com este povo amante da paz, da democracia e da liberdade, o fascismo não mais será possível no nosso país, que Abril prosseguirá e que os Carneiros e Amarais que transitoriamente ocupam as cadeiras de S. Bento serão corridos para o lixo da História.**

É que esta classe operária, estes trabalhadores, estes democratas e patriotas, este Povo português disse em Maio, sendo mais gente do que nunca e com mais força do que sempre, que quer Carneiro na rua. Na rua do Governo, que não na rua que ao povo pertence. Isso era, aliás, o que um grupo de jovens em plena manifestação expressava de forma eloquente, ao dizer: «A luta continua, Sá Carneiro para a rua!», e ao explicar que, nas ruas do nosso povo, Carneiro não tem cabimento e, portanto, quanto mais longe, melhor!

A certeza vezes setenta

A certeza vivida em Lisboa foi multiplicada por setenta neste Primeiro de Maio nacional. E nacional porque dos trabalhadores portugueses, e nacional porque de Norte a Sul do País.

No Porto, com centenas de milhares de pessoas comprimidas na Praça Humberto Delgado; em Braga e Guimarães (aqui a maior concentração de sempre); em Famalicão, Barcelos e Fafe; na Póvoa do Lanhoso, pela primeira vez; em Leiria e na Marinha Grande; em Aveiro, Ovar, S. João da Madeira e Águeda; em Viana do Castelo e Portalegre; na Figueira da Foz, também aqui a maior manifestação de sempre; em Vila Real de Santo António, Covilhã e Castelo Branco; em Viseu e em Gouveia; no Funchal, em Ponta Delgada e em Angra do Heroísmo; em Vila Real, Chaves e Bragança; em Évora, Beja, Montemor, Coimbra e na Guarda; em todas as setenta cidades e vilas de Portugal para onde convergiram no Primeiro de Maio milhões de portugueses para celebrar Maio e defender Abril.

O Primeiro de Maio de 1980 foi um mapa de Portugal, e foi, por isso, um bilhete de identidade do nosso povo, da classe operária e dos trabalhadores. Foi um mapa assinalado com as estradas da nossa luta de Norte a Sul do País e até às Regiões Autónomas; foi um bilhete de identidade onde a idade não conta, mas em que a juventude teve um peso destacado.

O Primeiro de Maio de 1980 foi, em Portugal, uma jornada que não se esquecerá tão cedo, que não se apagará da memória do nósso trabalho, da nossa luta, da nossa vida.

Uma tarde cheia de juventude...

... e de presença de mulheres trabalhadoras

A firmeza de quem luta...

... e o entusiasmo apontado ao futuro

A presença da solidariedade à mais bela conquista de Abril

O PCP no Encontro de Paris

Texto da intervenção proferida pelo camarada Aboim Inglês, em nome da delegação do Partido Comunista Português que, recentemente, participou em Paris no Encontro de Partidos Comunistas e Operários da Europa pela Paz e o Desarmamento.

Queridos Camaradas:

Com as fraternas saudações do Comité Central do Partido Comunista Português a todas as delegações dos Partidos irmãos da Europa aqui presentes, permitam-nos que agradeçamos desde já aos nossos hospedeiros, os camaradas franceses, o bom acolhimento que nos estão dispensando.

Estamos hoje aqui reunidos, em Paris, nas vésperas do 35.º Aniversário do fim da II Guerra Mundial, que infligiu destruições e sofrimentos indizíveis por toda a Europa.

Estamos hoje aqui reunidos na sequência duma persistente e multiforme luta que conseguiu garantir, apesar de tudo, 35 anos de paz ininterrupta aos povos europeus e alcançar, no início da década de 70, uma decisiva viragem nas relações internacionais no nosso Continente – do clima de guerra fria, antes prevalecente, para a coexistência pacífica, o desanuviamento e a cooperação entre os Estados, independentemente dos seus regimes económico-sociais e políticos – viragem que foi consagrada com a solene assinatura dos Acordos de Helsínquia e abriu novos horizontes à vida e trabalho pacífico dos nossos povos.

Graves perigos

Viemos a este Encontro movidos pela profunda preocupação, partilhada convosco, que nos é causada pelos graves perigos para a vida e a luta dos nossos povos que derivam de acções e planos belicistas ultimamente empreendidos pelo imperialismo e pela urgência que daí decorre de ampliar e intensificar a acção das mais amplas massas, na Europa e no mundo, pela paz e pelo progresso social.

Viemos a este Encontro movidos igualmente pelo constante empenho do nosso Partido de tudo fazer ao seu alcance para o entendimento e a acção comum com os nossos Partidos irmãos, de nada fazer que prejudique o reforço necessário da unidade do Movimento Comunista Internacional face à estratégia e manobras imperialistas de divisão.

Camaradas:

Há um ano, no IX Congresso do nosso Partido, procedemos a uma larga análise da situação internacional que consideramos manter-se actual. Da nossa avaliação, concluímos que **a correlação de forças mundial**, que se desenvolve necessariamente sempre de forma irregular, **continua globalmente a evoluir a favor das forças da democracia, da independência nacional, do progresso social, da paz e do socialismo.** O findar da década de 70 culminou uma época em que o movimento de emancipação nacional e social dos povos alcançou grandes sucessos em numerosos países e regiões do mundo, incluindo a própria revolução libertadora do 25 de Abril em Portugal e a queda de outros regimes fascistas na Europa, sucessos que puseram em evidência o **laço inseparável que une a luta pela paz e a luta pela libertação nacional e social.**

As três forças revolucionárias convergentes da época contemporânea – os países socialistas, a classe operária internacional, o movimento de libertação nacional – conheceram nestes últimos tempos um enriquecimento e maturação que reforçam e potenciam a sua influência motriz sobre a evolução mundial. **É a sua acção que continua nos nossos dias a caracterizar o rumo profundo da situação internacional no sentido da paz, do desanuviamento, da cooperação, da emancipação nacional e social dos povos.**

É por isso que **as acções recentes dos círculos imperialistas** mais agressivos (que intentam nova escalada na corrida aos armamentos, procuram sabotar o processo de desanuviamento e regressar ao clima de guerra fria, desencadeiam campanhas orquestradas de intoxicação da opinião pública, nomeadamente de carácter anti-soviético e anticomunista, agitando velhos espantalhos e novas mentiras contra a justa luta de emancipação dos povos) **surgem claramente contra-corrente, como uma contra-ofensiva visando conter a luta dos trabalhadores e dos povos,** tentar recuperar o terreno perdido, fazer voltar a roda da História para trás.

A crise do capitalismo

Esta contra-ofensiva não a podemos também desligar de outro traço essencial da situação internacional que é o **aprofundamento da crise geral do capitalismo.** A profunda depressão que o mundo capitalista conheceu em meados da década de 70 ainda não foi inteiramente recuperada, e já os próprios institutos de prognose dos monopólios apontam para nova depressão à entrada dos anos 80. Tentando sair da crise, os grandes monopólios pretendem como sempre lançar os custos para cima dos trabalhadores e dos povos, tentam resolver as contradições inter-imperialistas submetendo os mais pequenos aos maiores colossos, esforçando-se por fazer tábua rasa da independência nacional com os esquemas da supranacionalidade. Os meios imperialistas dos EUA, em particular, fazem um grande esforço para impedir a diminuição objectiva da sua influência, procurando subordinar de novo os seus parceiros-rivais à hegemonia indiscutida do passado.

Tudo isto implica o recurso à criação de um clima de guerra fria, que seja favorável à aceitação da "panaceia" da corrida aos armamentos e do militarismo; que facilite as pressões e ingerências, as intervenções e agressões das potências imperialistas; que abra o caminho às restrições à democracia, aos atentados aos direitos dos trabalhadores, à instauração de métodos repressivos que permitam impor a redução do nível de vida dos povos, a manutenção do desemprego, o perpetuar das grandes carências de que a Humanidade ainda sofre quando o ano 2000 já se aproxima.

A luta pela paz está assim estreitamente vinculada à luta em defesa dos interesses vitais dos trabalhadores e dos povos, em defesa do seu nível de vida, dos seus direitos, da democracia e da independência nacional.

Garantir a unidade

Por tudo isto, o PCP considera essencial, necessário e possível, continuar a envidar sem descanso todos os esforços para **garantir a unidade entre as três principais forças revolucionárias** dos nossos dias. A grande frente anti-imperialista em que elas convergem, a mais ampla e diversificada frente mundial da luta pela paz, a democracia, a independência nacional e o progresso social de todos os povos, transborda sem dúvida o quadro do Movimento Comunista Internacional. Mas a **acção do Movimento Comunista Internacional como tal, o entendimento, a cooperação e acção comum dos Partidos Comunistas, a sua unidade, é e será um factor imprescindível e decisivo na luta das mais amplas massas populares nos nossos países e no mundo.**

Para o reforço da unidade do MCI, tem sido e continua a ser uma constante da actividade e da orientação do PCP a sua disponibilidade e vontade de se encontrar com os Partidos irmãos para troca de experiências, análise da situação, debate de opiniões e acerto de acções comuns, quer em encontros bilaterais, quer em **encontros multilaterais, na preparação dos quais é sem dúvida desejável uma troca de impressões em tempo adequado, que permita o contributo efectivo de cada um com a sua experiência e opiniões próprias.** A unidade do MCI, os encontros entre Partidos Comunistas, são uma necessidade natural que decorre imperiosamente da nossa própria luta; da acção de classe, patriótica e internacionalista em que cada um dos nossos Partidos está empenhado como razão mesma da sua existência; da independência de cada Partido, das condições específicas em que cada um desenvolve a sua actividade; da solidariedade mútua que a própria realidade essencial do mundo de hoje nos exige.

Um Governo precário

Queridos Camaradas:

O governo português actual – um Governo precário, provisório e conjuntural – **participou activamente desde os seus primeiros passos na campanha imperialista de agudização da tensão internacional. Trata-se duma peça mestra integrante do seu plano subversivo contra as conquistas democráticas do Povo português.** Procurando ser sempre o primeiro a seguir a última palavra de Carter – quer sobre o Afeganistão, quer sobre o boicote aos Jogos Olímpicos, quer preconizando a instalação dos novos mísseis nucleares na Europa, quer seguindo cegamente os ditames de Washington sobre as sanções no Irão ou saudando a recente aventura criminosa falhada em Tabas – o Governo das forças reaccionárias pôs em causa a orientação do Portugal democrático de cooperação com todos os países da Europa, nomeadamento pondo no frigorífico as relações culturais, desportivas, turísticas e outras com a União Soviética e outros países socialistas. Esta é a outra face da sua pressa vergonhosa, que não atende mesmo às mais elementares preocupações nacionais ou considerações simplesmente objectivas, para uma rápida entrada na CEE e o reforço da submissão de Portugal à NATO.

O Primeiro-Ministro, em competição com o seu straussiano ministro dos Negócios Estrangeiros, permitiu-se mesmo o descaramento de se apresentar há dias no Conselho da Europa para aí se proclamar deliberadamente como adversário frontal do desanuviamento. **O Governo Carneiro-Amaral assume assim um papel particularmente extremista na arena internacional, agindo como pião e porta-voz provocador dos círculos mais agressivos do imperialismo.** Na sua pressa de levar a cabo no curto prazo de que dispõe o seu plano subversivo contra o regime democrático saído do 25 de Abril, o Governo PPD/CDS, que preconiza a bipolarização e a confrontação no interior do país, apressou-se também a seguir em matéria de política externa uma orientação de conflito e ruptura, seriamente prejudicial para o desanuviamento e que não respeita nem os Acordos de Helsínquia que o Estado português assinou, nem os nossos princípios constitucionais. **Isto atinge o prestígio de Portugal democrático e lesa fortemente os interesses, a segurança e a independência do nosso povo e do nosso país.**

Buscando aproveitar-se das tendências para a guerra fria de que ele próprio se faz um fautor declarado, arrogando-se o papel de cruzado do anti-sovietismo mais primário, apresentando-se como o mais fiel dos "otantistas", mais "europeu" mesmo que os próprios membros da CEE – **o Governo português actual tem por objectivo conseguir no exterior o apoio que lhe falta no interior; tem por objectivo desviar a atenção do povo da grande ofensiva que desencadeia contra os interesses vitais das largas massas, contra a democracia e a independência nacional; tem por objectivo levantar novas dificuldades à unidade das forças democráticas, no momento em que precisamente a sua própria política antipopular e anticonstitucional cria condições para uma unidade ainda mais ampla das forças democráticas e patrióticas.**

Compreendendo que assim é, largas massas populares, assim como forças e personalidades as mais diversas, manifestam-se abertamente contra a orientação do Governo reaccionário. **A política externa do Governo Sá Carneiro suscita uma discordância muito generalizada.** Já provocou confrontos com outros órgãos de soberania, como o Presidente da República e o Conselho da Revolução, e foi motivo para evidenciar na Assembleia da República diferenças e divergências dentro das próprias forças que apoiam o Governo. O Partido Socialista tomou distâncias quanto a essa orientação global e criticou mesmo vários dos seus aspectos. O nosso Partido, na Assembleia e fora dela, luta firmemente contra uma política que pretende isolar de novo Portugal, submetê-lo completamente às imposições dos meios mais agressivos da NATO e da CEE, voltar aos tempos ultrapassados do regime fascista de Salazar e Caetano, nos tempos da guerra-fria, cujas consequências nefastas para a democracia, a independência nacional e as condições de vida dos trabalhadores conhecemos por demais no passado.

O nosso Partido, que já condenara os planos sinistros de fabrico da bomba de neutrões, tomou posição pública contra a instalação de novos mísseis americanos na Europa. Seria mais um perigo mortal para os nossos povos a juntar aos arsenais tremendos já amontoados no nosso Continente. A execução de tais planos e decisões da NATO, pressionada pelos EUA, levaria a um novo desequilíbrio das forças militares, desencadearia uma aceleração terrível da corrida aos armamentos, destruiria as perspectivas de negociações pelo desarmamento e a segurança europeia, infringem a letra e o espírito dos Acordos de Helsínquia. Tudo isto contraria os interesses vitais e as aspirações mais instantes de todos os nossos povos, as carências urgentes do presente e as exigências do futuro da Humanidade no nosso continente e no mundo.

Medidas belicistas

Estas medidas belicistas inserem-se na política de agravamento deliberado da tensão internacional conduzida, especialmente após a reunião da NATO em Washington de Maio de 78, pelos actuais círculos dirigentes dos EUA. Inscreve-se entre as tentativas do imperialismo para abafar as aspirações de emancipação dos povos de todo o mundo. Visam não só a União Soviética e os outros países socialistas da Europa, mas directamente o movimento operário e popular nos países capitalistas do nosso continente. São uma ameaça para a independência e a liberdade dos Estados e dos povos europeus.

O nosso Partido sublinhou o carácter construtivo e realista das propostas formuladas pela União Soviética e outros países socialistas no sentido duma redução dos mísseis instalados nas regiões ocidentais da União Soviética, sob a condição de que o número de mísseis similares na Europa Ocidental não fosse aumentado. A decisão unilateral de retirar 20 000 soldados e 1 000 tanques do território da RDA foi uma clara e preciosa contribuição para o desanuviamento. Demonstra um firme desejo de paz e põe a nu a falsidade da campanha de intoxicação acerca da pretensa "ameaça militar soviética".

O movimento da paz em Portugal tem uma posição clara contra a instalação de novos mísseis na Europa, pelas negociações, pelo desanuviamento, pela realização da Conferência dos Estados em Madrid. Neste movimento da opinião participa um largo leque de forças sociais e correntes políticas, no qual os comunistas estão lado a lado com socialistas e outros democratas e patriotas, personalidades e movimentos católicos e protestantes, sindicatos operários e de serviços, organizações camponesas, movimentos das mulheres e da juventude, colectividades culturais e outras organizações populares de massas, artistas, cientistas, jornalistas, professores, etc...

Estamos convictos de que o Apelo que vai sair deste Encontro dos Partidos Comunistas e Operários da Europa pela Paz e o Desarmamento, na sua simplicidade verídica, encontrará um eco favorável no movimento da paz em Portugal.

Sem dúvida que a luta pela paz não interessa apenas aos comunistas. Felizmente! Mas ela está no coração mesmo da nobre causa dos comunistas. É por isso que nós nos encontramos e estamos certos de nos encontrar sempre nessa luta lado a lado com outras forças políticas, com outros democratas e patriotas, com todos os homens, mulheres e jovens que querem garantir a paz no nosso continente.

Os bilhetes de entrada esgotaram-se na Festa da Amizade em Almada

Muitos milhares de pessoas acorreram, no último fim-de-semana, ao Alto das Barrocas, na Cova da Piedade onde, por iniciativa da Comissão Concelhia de Almada do PCP, se realizou mais uma edição da já tradicional Festa da Amizade. No decorrer da Festa teve lugar, na tarde de domingo, um comício que contou com a participação do secretário-geral do nosso Partido, camarada Álvaro Cunhal.

O programa político, cultural e recreativo da Festa da Amizade, que se estendia pelas noites de sexta, sábado e domingo e pelas manhãs e tardes desses dois dias acabou por se centrar exclusivamente no sábado e no domingo, em virtude de a forte chuvada que caiu na sexta-feira ter tornado completamente impraticável o recinto do Alto das Barrocas, chegando mesmo a inutilizar várias das instalações.

Porém esta chuvada não foi suficiente para comprometer o êxito desta edição da Festa da Amizade. A atestá-lo está o facto de todos os bilhetes de entrada se terem vendido e não terem sido suficientes, obrigando a organização da Festa à edição de novos bilhetes.

À inauguração da Festa da Amizade esteve presente, no sábado, o camarada Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do nosso Partido. Na manhã de domingo, a Festa foi aberta na presença do camarada Francisco Miguel, do Comité Central.

Apesar do obstáculo provocado pela chuvada de sexta-feira, o programa previsto para sábado e domingo, nas diversas realizações políticas, cultirais, recreativas e desportivas cumpriu-se integralmente, destacando-se a excelente participação no comício em que usou da palavra o camarada Álvaro Cunhal.

Grandemente participadas foram igualmente as realizações desportivas integradas no programa da Festa da Amizade, facto eloquentemente comprovado pela presença entusiástica de mais de cinco centenas de atletas.

Durante a tarde e a noite de domingo, a chuva voltou a ameaçar a Festa da Amizade. Porém, todos os que já estavam dentro do recinto – e eram muitos milhares – não quiseram sair, pelo que, desta vez, e mau grado as condições atmosféricas, a Festa não foi interrompida.

Registe-se que, que nesta Festa da Amizade, teve lugar, rodeado de uma certa expectativa, o 1.º Sorteio das EPs para a Festa do «Avante!» deste ano. E não só: é óbvio que foi aproveitada a oportunidade para a promoção e venda de mais EPs. Noutro local, publicamos a lista das 25 EPs premiadas.

Publicamos ainda alguns excertos da intervenção do camarada Álvaro Cunhal, proferida de improviso, no comício em que intervieram ainda os camaradas Francisco Cabo e Vítor Barata, este em representação da JCP.

Extractos da intervenção de Álvaro Cunhal

(...) Nunca em Portugal as lutas de massas, a luta da classe operária e das massas populares tinham atingido tamanha amplitude, tamanha extensão e tamanha grandeza.

A classe operária e as massas populares estão dando a devida resposta ao Governo da Aliança reaccionária.

Nós, comunistas, saudamos naturalmente como um grande êxito dos trabalhadores as greves, as concentrações, as manifestações grandiosas, ganhando sector atrás de sector, região atrás de região e mostrando a indignação, a determinação, a consciência política e de classe dos trabalhadores portugueses.

Em condições particularmente duras, em condições em que dia-a-dia acções ilegais e violentas, com o apoio de grandes contigentes da GNR, são desenvolvida contra a Reforma Agrária, os trabalhadores da Reforma Agrária dão o exemplo imorredouro de coragem, de firmeza e de confiança no futuro.

Creio, camaradas, que todos os que aqui nos encontramos, estamos ao mesmo tempo, do coração, com os trabalhadores da Reforma Agrária, estamos activamente solidários para com a Reforma Agrária e certos de que, apesar de todas as dificuldades, a Reforma Agrária vencerá.

Toda esta colossal movimentação popular, camaradas, desembocou, primeiro, na extraordinária participação nas comemorações do 25 de Abril e, depois, na inesquecível jornada do 1.º de Maio que, em Lisboa, no Porto e em muitas outras cidades atingiu uma grandiosidade incomparável.

(...) Toda a poderosa movimentação da classe operária e popular no 1.º de Maio mostrou que a classe operária, as massas populares, o Povo português, estão em condições, não só de se oporem mas de derrotarem a reacção, estão em condições de susterem a ofensiva reaccionária, de defenderem as liberdades e as conquistas de Abril, de provocarem a queda do Governo Sá Carneiro e de conduzirem o País a uma alternativa democrática.

(...) Camaradas, o desenvolvimento do movimento popular indica-nos que vamos pelo caminho justo.

Que fazer para derrotar a reacção? Que fazer para garantir o Portugal de Abril? Quais são as nossas grandes tarefas na hora presente?

Ontem, camaradas, teve lugar uma reunião do Comité Central do PCP. Nessa reunião, apontaram-se três tarefas fundamentais. A primeira, resistir à ofensiva do Governo reaccionário; a segunda, assegurar o funcionamento das instituições; a terceira, alcançar uma vitória democrática nas próximas eleições para a Assembleia da República.

(...) Pode, entretanto, perguntar-se porque é que a Aliança reaccionária adiantou já um candidato para a Presidência. A nosso ver, fê-lo por três razões fundamentais: a primeira, precisamente para concentrar as atenções nas eleições presidenciais, fazendo esquecer as eleições para a Assembleia, impedir que se discuta e se prepare tudo quanto é necessário para derrotar a reacção nas eleições para a Assembleia; um outro objectivo que tiveram foi o de ocupar terreno nas candidaturas militares avançando um candidato militar e dificultando assim a apresentação de outros candidatos militares; e uma terceira razão, a de pretenderem novamente manobras de desestabilização militar. Isto é tanto mais certo quanto é verdade que o candidato que a Aliança reaccionária apresenta para a Presidência da República é uma pessoa estreitamente ligada ao regime fascista e é um homem que, depois do 25 de Abril, nós pelo menos não lhe conhecemos uma única declaração ou um único acto que mostre que está com o 25 de Abril.

(...) Estamos profundamente convencidos, camaradas, independentemente do tempo que ainda temos para desenvolver este problema e para desenvolver a nossa campanha política para as eleições presidenciais, que não será um homem contra o 25 de Abril que será eleito Presidente da República Portuguesa. Será um democrata, será um homem digno, um homem que dê confiança ao nosso povo para defender as conquistas de Abril e o regime democrático consagrado na Constituição.

Delegação do PCP na Hungria

A convite do Comité Central do Partido Socialista Operário Húngaro visitou a República Popular da Hungria, de 27 de Abril a 1 de Maio, uma delegação de estudo do Partido Comunista Português, composta pelos camaradas Joaquim Gorjão Duarte, membro suplente do Comité Central e António Miranda Ferreira, economista.

A delegação do PCP foi recebida no Departamento de Política Económica do Comité Central do PSOH, designadamente pelo seu responsável, camarada Jmanos Hoós, e teve encontros com diveros responsáveis do partido húngaro pelas questões económicas.

Durante esta visita, que teve lugar no quadro das fraternais relações de amizade e cooperação existentes entre o PCP e o PSOH, a delegação aprofundou o conhecimento de alguns aspectos da política económica e financeira da Hungria socialista.

Canções no Coliseu «Com Abril, pela Paz»

***«Com Abril, pela Paz»* — este o lema do grande espectáculo que se realiza no sábado, às 21 e 30, no Coliseu dos Recreios, por iniciativa conjunta da Direcção da Organização Regional de Lisboa (DORL) do PCP e da Juventude Comunista Portuguesa (JCP).**

Entre outros artistas, parciparão Adriano Correia de Oliveira, João Fernando, José Jorge Letria, Luísa Basto, Carlos Paulo, conjunto UHF e Brigada Vítor Jara.

II Assembleia da 4.ª Zona do CLL

Com objectivos apontados ao reforço do Partido e ao melhoramento do trabalho político, reúne-se no próximo domingo a II Assembleia da Organização da 4.ª Zona do Comité Local de Lisboa (CLL) do PCP.

A proposta para a ordem de trabalhos da sessão é a seguinte: **1.** Estado actual da organização e formas de melhorá-la; **2.** Eleição do novo organismo de direcção.

Às 17 horas, a Assembleia abre as suas portas ao público, para um programa que inclui, nomeadamente, a apresentação do novo organismo directivo, intervenção política por um camarada do Comité Central e convívio.

Os trabalhos da Assembleia iniciam-se às 9 e 30, no salão da Junta de Freguesia de S. João, na Rua Morais Soares, 32-A (junto à Praça Paiva Couceiro).

Saiu o «Juventude»

Vivacidade e imaginação num jornal bem jovem

Na primeira quarta-feira de cada mês está nas bancas o "Juventude", um novo jornal, feito por jovens destinado a jovens. Trata-se do órgão central da JCP, que no passado dia 1 de Maio, Dia Mundial do Trabalhador, teve à venda, nas ruas cheias deste Portugal de Abril, o seu primeiro número.

Reunindo temas diversos e aliciantes, assuntos de actualidade e informação diversa que interessa às camadas jovens, este primeiro "Juventude" inclui artigos e comentários sobre emigração juvenil, Reforma Agrária, cultura, desporto, banda desenhada, vida internacional, noticiário das actividades da JCP e roteiro para os tempos livres, além de um espaço (a página nove) inteiramente dedicado às colaborações dos leitores. Além de um trabalho inédito do sempre jovem José Gomes Ferreira, o "Juventude" deste mês publica uma entrevista com o conjunto "Sheiks".

As afirmações do secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, no decurso de um debate aberto realizado no festival da Primavera promovido recentemente pela JCP na Amadora, e em que aborda temas como **ecologia, motocross e desporto, violência, droga, música rock, energia nuclear, ensino e banda desenhada**, são reproduzidas num suplemento deste primeiro número do "Juventude", jornal que a partir de agora será "um importante instrumento de opinião e intervenção da JCP entre a juventude portuguesa, no plano da informação e formação cultural, ideológica e política", como refere uma nota da SIP central da JCP, que acrescenta:

O 'Juventude' que tem como director José Moreno, **assumirá também por isso um papel de mobilização dos jovens em torno dos seus problemas específicos, das suas aspirações e das grandes batalhas políticas do povo português em defesa de Abril e das suas conquistas.**

A primeira página do 'Juventude' deste mês é da responsabilidade do artista Rogério Ribeiro.

JUVENTUDE de ABRIL a CAMINHO do FUTURO

Canção jovem em Aveiro

Culminando uma série de Festivais da Canção Juvenil realizados em vários concelhos da Beira Litoral, vai realizar-se em Aveiro, no próximo dia 17 (sábado), no ginásio da Escola Industrial e Comercial, a Final Regional da Canção Jovem, onde participarão os finalistas de cada Festival concelhio, além de artistas já conhecidos do público.

Esta iniciativa integra-se nas actividades preparatórias e de divulgação do 1.º Congresso da JCP.

«Cravos de Abril» Domingo há festa em Tercena

Domingo será dia de festa no concelho de Oeiras. A iniciativa pertence aos camaradas da Comissão Concelhia, denomina-se «Cravos de Abril» e decorrerá em Tercena, freguesia de Barcarena.

Do programa destacamos, entre outros atractivos: uma manhã infantil com passagem de filmes no Grupo Desportivo de Tercena, Canto Livre com José Barata Moura e outros artistas, intervenção política pelo camarada Albano Nunes, membro do Comité Central do Partido e, no fim, o sorteio «Cravos de Abril».

Domingo, no CT Vitória

Reunião de camaradas das COOPIS/EAG

Realiza-se no próximo domingo, dia 11, no Centro de Trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade, em Lisboa, uma importante reunião destinada aos camaradas ligados às cooperativas de produção e empresas em autogestão do distrito.

O encontro decorrerá das 9 e 30 às 13 horas e contará com a presença da camarada Georgete Ferreira, do Comité Central do Partido.

CAMARADA FALECIDO

JOAQUIM VIEIRA – Com 53 anos de idade, faleceu no dia 1 deste mês o nosso camarada Joaquim Nunes Hipólito Vieira, membro da Comissão de Freguesia do PCP de Messines desde 1974. Militante dedicado, homem estimado pela população, o camarada Joaquim Vieira era mais conhecido por «Joaquim Moquinhas». Exercia a profissão de estofador/albardeiro e era responsável pela distribuição do «Avante!».

Tribunais fazem justiça à Reforma Agrária

• Mais duas sentenças judiciais que evidenciam o carácter ilegal e a violência da ofensiva do MAP.

«Notório é que o trabalhar a terra é um trato que a própria exige, e violência, a havê-la, contra a propriedade, será não a cultivar».

Estas palavras foram ditas no Tribunal Judicial da Comarca de Santiago do Cacém. Estas palavras constam da sentença aí proferida absolvendo 24 trabalhadores cooperantes da Cooperativa 3 de Outubro, Alvalade-Sado, presos e levados a Tribunal pela GNR, pelo crime de «desobedecendo a anterior notificação da autoridade» terem começado a preparar as terras para a cultura de arroz numa área que o MAP havia espoliado à Unidade Colectiva para oferecer a falsos rendeiros no passado mês de Abril.

Em causa, neste julgamento, duas questões fundamentais:

Trabalhar é crime abrangido pelo Código Penal?

Tem a GNR competência para notificar os trabalhadores, substituindo-se aos tribunais?

As questões pareceriam ridículas, de tal modo o facto de alguém as pôr — e através delas levar a julgamento trabalhadores —, mais do que anticonstitucional, é antinatural, anti-social. São duas questões que só podem colocar-se em tempo de governos que fazem campear a violência, a arbitrariedade, a injustiça, a ilegalidade, o despudor, a repressão, a brutalidade. No entanto, ainda bem que foram postas nestes termos e o Tribunal, dentro das funções que lhe são próprias, fez justiça.

Porque se não é violência trabalhar a terra — fazer o que a própria terra por sua natureza exige —, então é violência não a trabalhar, como aliás expressa a sentença. Por isso mesmo, incorre em crime face ao Código Penal a imensa maioria dos agrários que receberam ilegalmente reservas — dadas como o objectivo político de destruição da Reforma Agrária e da democracia — e que as deixam ao abandono ou subaproveitadas. Mas, no caso de dúvida, aliás totalmente legítima — se competirá a estes agrários trabalharem uma terra que não é sua, que é terra usurpada? — o que pode concluir-se é que incorrerão em crime aqueles que impedem pela violência e a intimidação os trabalhadores de cuidarem da terra das UCPs, da terra nacionalizada.

A resposta dada pelo Tribunal a outra das questões é igualmente clara: pode a GNR notificar os trabalhadores para não trabalharem e prendê-los depois porque continuaram trabalhando? Ou seja, pode a GNR notificar para não ser cumprido aquilo que esta autoridade considerou um crime, o trabalhar a terra (e que afinal o Tribunal reconheceu não constituir crime algum?).

Mesmo no caso de se tratar de crime, como o Tribunal expressou na sentença «as notificações não cabem no âmbito dos meios normais e usuais para reprimir ou prevenir o crime», «nunca qualquer autoridade policial se serviu destes meios e só por absurdo se admite que um suspeito venha futuramente a ser notificado para não matar aquela pessoa, para não assaltar aquele banco ou para não cometer outro crime que o levou a ser suspeito pela autoridade policial». Ou, como foi igualmente dito na sentença: «Haveria que proceder, a ser legal esta actividade policial, de reconverter, digo de proceder a reconversão das profissões de advogado, pois os pleitos morreriam antes do recurso a tribunais. No caso concreto e em apreço, invadiu a GNR um campo de direito que lhe está vedado». E nesta esfera, a GNR não tem competência para notificações: «As funções repressivas e preventivas das forças de segurança não leva a considerar as notificações deste género como necessárias e próprias para o desempenho daquelas mesmas funções. Antes pelo contrário, seriam anti-repressivas e antipreventivas pois teríamos os presumíveis autores apenas alertados para evitarem detenções ou cometerem este ou aquele crime, com meios mais escondidos...».

Em conclusão, trabalhar a terra não é crime. Crime é não o fazer. Isto sabem-no os trabalhadores e agem em conformidade com a lei, a razão e a justiça. Levantar obstáculos à acção dos trabalhadores, acção patriótica de envolvimento no aumento da produção, esse, sim, é crime e crime maior dos muitos por que terão de responder as forças da reacção.

Absolvição de trabalhadores agrícolas levados a tribunal pela GNR

O Tribunal de Arraiolos absolveu dois trabalhadores agrícolas, Angelino António, de 64 anos, e António Arcadinha, de 20, acusados de desobediência e ofensas corporais voluntárias à autoridade quando da desanexação da Herdade dos Testos integrada na UCP «6 de Agosto». Note-se que esta herdade, usurpada violentamente à «6 de Agosto», é pelo MAP «oferecida» à ex-Fundação Abreu Calado de Benavila, agora transformada numa pseudo-cooperativa gerida por senhores das boas graças do Governo. A este respeito, e tendo em conta a localização da herdade e a localização das terras da ex-Fundação, os trabalhadores da «6 de Agosto» comentam:

«Se o senhor secretário de Estado e o senhor ministro da Agricultura e Pescas têm dito inúmeras vezes não ser possível fazer-se a gestão das UCPs de grande dimensão, será que já é possível e positivo, do ponto de vista de reestruturação agrária que a Constituição impõe, integrar-se e gerir-se uma herdade que dista 60 quilómetros da sede?».

Apesar da ilegalidade manifesta desta reserva — que aliás nem sequer vai beneficiar em termos de rentabilidade o reservatário — ela foi demarcada no mês passado e mais uma vez os trabalhadores foram espancados, feridos, alguns com gravidade, como foi o caso de Manuel Justino Antas, de 60 anos, transportado para o Hospital de Santa Maria com o maxilar fracturado.

Concluíu o Secretariado das UCPs/Cooperativas:

«A prisão dos trabalhadores agora julgados e absolvidos foi, tudo o indica, uma tentativa de justificar perante a opinião pública a brutal repressão efectuada.

«O julgamento agora efectuado veio provar que a acusação de desobediência e ofensas corporais a elementos da GNR não tinha fundamento».

As «medidas sociais» do Governo Sá Carneiro

O Governo da Aliança Reaccionária pretendeu comemorar o VI aniversário do 25 de Abril ganhando as simpatias do povo português. Para tal, desenvolveu uma intensa campanha publicitária em torno de pretensas medidas sociais destinadas a "melhorar as condições de vida das classes mais desfavorecidas".

É caso para dizer que a "montanha pariu um rato".

Não que existissem dúvidas quanto à demagogia de tais promessas, mas porque a campanha de mentiras foi tão evidente que não poderá ter deixado de causar surpresa o descaramento com que Sá Carneiro anunciou ao país verdadeiras barbaridades.

Tomemos por exemplo o anunciado aumento das pensões dos reformados. A partir de 1 de Maio, disse, e com pagamento em Julho, serão processados aumentos de 21% às pensões de todos os reformados da Previdência.

Mas quem são esses reformados? Serão os que recebem pensões mínimas?

Não. **Os 620 000 reformados rurais continuam a receber este ano 1 800$00; os cerca de 400 000 pensionistas do regime geral não verão aumentadas as suas pensões de 3 100$00 ou 3 600$00.**

Só serão aumentadas as pensões superiores a estes valores, e mesmo estas de uma forma injusta, ou seja, o aumento é tanto maior quanto maior é a pensão. Assim, enquanto um reformado com uma pensão de 3 700$00 recebe um aumento de 850$00, um outro com uma pensão de 26 000$00 receberá mais 2 500$00.

Um belo exemplo da "justiça social", não restam dúvidas...

Abono de Família ou Prémio de sobrevivência?

Se uma família com dez filhos (portanto de doze pessoas, incluindo os pais) conseguir sobreviver com um rendimento que não ultrapasse os 11 mil escudos, está de parabéns. O Governo da Aliança Reaccionária dá-lhe um prémio de sobrevivência, perdão, um abono de família, de cinco mil trezentos e cinquenta escudos!

Saberá o senhor Sá Carneiro que onze mil escudos a dividir por doze pessoas durante um mês representa pouco mais de trinta escudos por dia, ou seja pouco mais do que o necessário para comprar vinte carcaças? E que ninguém sobrevive com uma carcaça e umas migalhas por dia?

Fazer pouco da miséria fica mal a qualquer, mas a um chefe de Governo não se admite.

E tudo isto para quê? Apenas para escamotear o real aumento do Abono de Família de escassos sessenta escudos, para o primeiro e segundo filhos e de cento e dez para o terceiro, quando a Intersindical reivindica um abono de 500$00 por filho. Apenas para esconder que, como os abonos não sofriam aumentos desde Julho de 1974 e o custo de vida aumentou entretanto mais de 200%, os novos abonos são proporcionalmente inferiores aos de 1974.

Como se pode concluir, o Governo Sá Carneiro, com as suas anunciadas medidas sociais, faz que dá mas não dá, ou seja, dá com uma mão para tirar com as duas.

E que dizer dos ridículos aumentos anunciados para os subsídios de nascimento, aleitação, casamento e funeral, que não só ficam muito aquém do reivindicado pela Inter como estão longe de acompanhar o aumento do custo de vida verificado desde a data da última actualização até agora?

Basta referir, para se ficar com uma ideia do valor real de tais aumentos, que a maioria daqueles subsídios não são alterados desde Janeiro de 1973 e que o custo de vida aumentou desde então cerca de 290%, enquanto os aumentos oscilam entre 17% e 133%.

Dar com uma mão e tirar com as duas

Durante a semana do 25 de Abril o Governo da Aliança Reaccionária anunciou ainda outras medidas, todas tendentes a fazer crer que o nível de vida da população portuguesa vai melhorar. Afirmou-se, por exemplo, que o Governo vai tomar medidas para melhorar a situação no campo da habitação e dos transportes. Como, não se disse.

E a expectativa é tanto maior quanto é certo que o Governo pretende, para além de roubar 25 milhões de contos às autarquias, reduzir as verbas inscritas no OGE naquelas rúbricas. No que se refere a "Habitação e Equipamentos Urbanos", por exemplo, o Estado gastou em 1979 21,3 milhões de contos. **Este ano, o Governo Sá Carneiro pretende reduzir essa verba para 16,3 milhões de contos. Se se entrar em linha de conta com a inflação, conclui-se que este governo quer dispor de menos de metade da verba aplicada neste sector o ano passado.**

Será assim que se melhora a situação habitacional das classes mais desfavorecidas? Ou será que o Governo Sá Carneiro descobriu a forma de construir mais gastando menos?

Com o sector dos "Transportes e Comunicações" a situação é idêntica. Em 1979 o Estado gastou neste sector 21,7 milhões de contos e este ano o Governo da Aliança Reaccionária propõe-se dispender apenas 21,6 milhões, valor que com a taxa de inflação corresponde a cerca de 17,3 milhões de contos ou seja, bastante menos que o aplicado o ano passado.

A situação nestes dois sectores fundamentais não vai melhorar mas sim agravar-se, e serão as camadas mais desfavorecidas as primeiras a senti-lo.

O mesmo sucede com os sectores da Educação, Saúde, Segurança e Assistência Social. É das despesas sociais do Estado que depende em grande parte o nível de vida das camadas mais pobres do povo português.

Ora, o montante que o actual Governo se propõe aplicar nestes sectores é no total de 140,9 milhões de contos, verba que corresponde a 127,7 milhões de contos de 1979 uma vez que os preços aumentaram 24% o ano passado. Para os mesmos sectores do Estado dispôs em 1979 de cerca de 132,6 milhões de contos.

II Encontro das COOPIS/EAG

Pela defesa de milhares de postos de trabalho

Dentro de dez dias, na Voz do Operário em Lisboa, o II Encontro Nacional das COOPIS/EAG (Cooperativas Operárias de Produção e Serviços e Empresas em Autogestão), preparado por uma comissão organizadora que tem efectuado reuniões por todo o País, vai analisar a actual situação desse sector que emprega dezenas de milhares de trabalhadores. A sua organização futura, as reivindicações mais sentidas e um programa de acção para levar à prática as conclusões debatidas e aprovadas serão ainda pontos fulcrais do Encontro anunciado para o próximo dia 17.

Sem apoio do Governo e da Banca, lutando com a inexistência de legislação regulamentadora adequada centenas de cooperativas e de empresas em autogestão apenas têm sobrevivido pelo elevado nível do esforço e do sacrifício dos seus trabalhadores na defesa dos postos de trabalho e de uma formação económica apontada ao futuro, que a Constituição consagra e protege.

Para uma discussão ampla e aprofundada, as unidades de base receberam propostas de um balanço de actividade, um caderno reivindicativo, que reúne as reclamações do sector, e um documento sobre organização.

Fundo de desemprego, contribuição industrial e funcionamento dos NACS (núcleos de apoio existentes em alguns ministérios) são algumas das questões que a comissão organizadora considera de resolução muito urgente e pela qual se tem batido junto dos órgãos de soberania, através de diligências que esbarram na política deste Governo que pretende "integrar" o sector cooperativo no sector privado.

Manifestações nos Açores

Tal como no resto do País, também nos Açores os trabalhadores comemoraram o 25 de Abril e o 1.º de Maio. Em quase todas as ilhas o 25 de Abril foi festejado e, na maioria, os trabalhadores assinalaram o 1.º de Maio.

De todas as manifestações destacaram-se a do 1.º de Maio em Ponta Delgada, em que participaram mais de 3 milhares de pessoas, e a que, na mesma data, se realizou em Santa Maria, pela primeira vez.

Nas duas jornadas que se comemoraram nos Açores, as críticas à política desenvolvida pelo Governo PPD/CDS e pelo Governo Regional PPD, e a apresentação das reivindicações mais sentidas pelos trabalhadores foram a nota dominante, salientando-se, em algumas manifestações, o apoio claro e nítido à Intersindical Nacional.

As jornadas de 25 de Abril e do 1.º de Maio vêm na sequência de diversas lutas que se têm desenvolvido nos Açores — Função Pública, Gráficos, Químicos, Pescadores, entre outras — e o reforço do movimento sindical que se tem feito sentir. Assim, e tendo presente a crescente influência das forças democráticas mais consequentes, patenteada nas últimas eleições, não há dúvida de que algo está a mudar, de que algo se altera nos Açores.

Disto mesmo têm consciência os altos responsáveis do PPD que, no dia 25 de Abril e no 1.º de Maio, procuraram não se distanciar das acções desenvolvidas pelos trabalhadores e suas respectivas organizações. Na realidade, os trabalhadores açorianos, dia após dia, reforçam o seu grau de consciência e vão verificando que a política do PPD não corresponde aos seus interesses, vão verificando que apenas através da luta é possível assegurar melhores condições de vida.

Espectáculos no distrito de Viseu

Para ajudar a divulgar as iniciativas políticas e de convívio em que a DORBL actualmente se empenha, eis um pequeno calendário de algumas das realizações programadas para esta semana no distrito de Viseu:

Em **Sande** (concelho de Lamego), no dia **7**, às 21 horas, sessão com uma intervenção política pelo camarada José Bernardino, do CC, e intervenção artística de Adriano Correia de Oliveira, Sérgio e Cremilda Gil; no dia **8**, em **Resende**, também às 21 horas, sessão e espectáculo com os mesmos artistas intervenientes; em **Tarouca**, nos Bombeiros Voluntários, às 21 horas do dia **9**, fará uma intervenção política o camarada Lucínio Falé, suplente do CC, e actuarão Adriano, Sérgio e Cremilda Gil; **Moimenta da Beira** terá no dia **10**, também às 21 horas, um espectáculo na Casa do Povo de Leomil, com José Barata Moura e Cremilda Gil; no dia **11**, às 11 da manhã, os mesmos estarão em **Cambres**, e também em **S. João da Pequeira** mas às **15** horas; no dia **14**, às 21 e 15, em **Santa Cruz da Trapa**, intervirão num espectáculo Júlia Babo e o actor Eduardo Jacques.

Atenção, Barreiro: aí estão Os Sheiks!

O povo do Barreiro poderá ver e ouvir, amanhã à noite, no Pavilhão do Luso, os **Sheiks**. Paulo de Carvalho, Carlos Mendes, Edmundo Silva e Chaby ali estarão, **ao vivo**, no espectáculo que a Comissão Concelhia do PCP organiza com vista à promoção da Festa da Revolução e do Trabalho, que decorrerá no Barreiro nos próximos dias 30 e 31 de Maio e 1 de Junho.

Cooperantes portugueses festejaram em Moçambique o 25 de Abril e o 1.º de Maio

Com as bandeiras, cartazes e dísticos que saudavam a luta dos trabalhadores em África e no Mundo, cerca de uma centena de cooperantes portugueses desfilaram na Baixa do Maputo durante as comemorações do 1.º de Maio realizadas na capital moçambicana.

A representação dos trabalhadores portugueses, identificada pelo cartaz da CGTP-IN, encerrava o desfile em que se integravam milhares de trabalhadores moçambicanos organizados a partir dos seus postos de trabalho e delegações estrangeiras, todos unidos naquela grande jornada de festa revolucionária e de luta anti-imperialista.

As palavras de ordem **«Avante pela Reforma Agrária!»**, **«Trabalhadores portugueses e moçambicanos – a mesma luta!»**, **«Socialismo sim, imperialismo não!»**, e as canções revolucionárias cantadas com entusiasmo ao longo de todo o percurso exprimiam a firme disposição de luta dos trabalhadores portugueses na defesa das suas conquistas e a sua activa solidariedade com o povo moçambicano na construção do socialismo. Durante o desfile e em especial à passagem em frente à tribuna onde se encontravam o presidente Samora Machel e outros dirigentes do Partido Frelimo e do Estado, vibrantes aplausos saudaram a presença dos trabalhadores portugueses naquela festa internacionalista.

O novo Portugal democrático que nasceu em Abril foi também saudado com a realização de iniciativas no Maputo, Beira e Nacala. Na capital, o seu maior cinema encheu-se com mais de um milhar de portugueses, moçambicanos e cooperantes de diversos países. O 25 de Abril, data tão querida dos trabalhadores portugueses, mesmo quando longe da Pátria, foi assim motivo para um animado convívio que incluiu a exibição de um filme e a participação de trabalhadores comunistas e outros democratas num espectáculo de teatro, canções e danças, no qual actuaram também, numa bela manifestação de solidariedade, um grupo chileno e outro de jovens moçambicanos.

Na Beira e em Nacala, sessões comemorativas e jantares de confraternização reuniram centenas de trabalhadores portugueses sob o ideal de Abril.

O 1.º de Maio e o sexto aniversário da data libertadora em Portugal proporcionaram na jovem República Popular de Moçambique, onde sob a direcção revolucionária e patriótica da Frelimo se dão passos decisivos na construção do socialismo, mais uma vibrante afirmação de amizade e solidariedade entre os portugueses que ali trabalham e as classes laboriosas e todo o povo de Moçambique.

Agudiza-se a luta nas empresas

• *Sete dias de greve na Petrogal*
• *Função Pública pára hoje e amanhã*

A política deste Governo de confronto com os trabalhadores continua a não resolver nenhum dos grandes conflitos que decorrem com base na contratação colectiva. Na Petrogal, segundo proposta aprovada anteontem, os trabalhadores voltarão à greve por sete dias consecutivos. Na Função Pública, nos CTT, as propostas salariais continuam sem solução e a luta agudiza-se. Na EPNC (Jornais "Diário de Notícias" e "Capital") a posição endurece contra as medidas do Governo.

Abertos como sempre à negociação, centenas de milhares de trabalhadores organizados nos seus sindicatos vêem as suas propostas, realistas e indispensáveis, sistematicamente recusadas pelo patronato reaccionário e pelo Governo e vão para a greve como recurso derradeiro perante a intransigência e o boicote.

• **Petrogal** – Em 12 do corrente às 7 da manhã, os trabalhadores da Petrogal voltam à greve, que desta vez se prolongará ininterruptamente por 7 dias, se entretanto o Governo e o Conselho de Gerência (CG) não chegarem a acordo com os Sindicatos sobre a tabela salarial e não garantirem inequivocamente que não despedirão os oito trabalhadores suspensos por não acatarem a requisição civil, como de resto fizeram todos os seus companheiros de trabalho que aderiram às formas de luta até agora decretadas naquela empresa.

Anteontem, em conferência de Imprensa, a Federação sindical dos químicos, remetendo para o Governo e para o CG "a responsabilidade pelas consequências de uma greve de tal envergadura", divulgou nova proposta de luta acabada de aprovar por unanimidade em plenário das estruturas representativas dos trabalhadores e que ontem foi submetida a ratificação em plenários gerais, a nível nacional, em todos os locais de trabalho.

O plenário que aprovou os 7 dias de greve reafirma a disposição de rever a proposta inicial de aumento de salários reduzindo-a para 28%, desde que "sejam dadas garantias de não despedimento a reintegração dos 8 trabalhadores". Até agora, e sem fornecer essas garantias, o CG não foi além dos 20% acrescidos "de um subsídio compensatório de 4,8 por cento sobre a remuneração mensal mínima da categoria do trabalhador em 31 de Dezembro do ano findo".

Ao anunciarem o agravamento da luta, os trabalhadores da Petrogal reafirmam que "não lutam contra a população. A exemplo da luta terminada em 4 de Maio, assegurarão o abastecimento dos hospitais, bombeiros, Forças Armadas e voos para os Açores, além do abastecimento a empresas com problemas técnicos, infantários, cooperativas, etc.".

Contra a campanha difamatória do Governo, os trabalhadores garantem por outro lado, que da sua luta não resulta qualquer perigo para a população.

• **Equimetal** – Por salários em atraso, pela garantia de emprego e pela recuperação da empresa, os trabalhadores da Equimetal estiveram em greve nos dois primeiros dias desta semana. Ontem, quando encerrávamos esta edição, decorria um plenário na empresa, que emprega 1600 trabalhadores e é uma das mais importantes no sector da metalomecânica pesada com instalações no Barreiro, no Porto e em Sines.

• **CTT/TLP** – Com uma greve às horas extraordinárias e à acumulação de funções, os trabalhadores dos CTT/TLP continuam com boa adesão a sua luta pela negociação do acordo colectivo de trabalho.

• **Função Pública** — Hoje e amanhã, os trabalhadores da Função Pública (TFP) voltam a paralisar a nível nacional.

O Governo, «apesar dos esforços desenvolvidos pelos Sindicatos» (os 32 subscritores da PRC — Proposta Reivindicativa Comum) mantém a intransigência inicial, fugindo ao diálogo efectivo, capaz de desbloquear a situação, afirmam aquelas associações sindicais ao darem conhecimento do plenário que decidiu novamente recorrer à greve pela obtenção da tabela salarial e de outras regalias contratuais compatíveis com o aumento do custo de vida.

Por outro lado, segundo a CNS (Comissão Negociadora Sindical), o Governo PPD/CDS continua a não dar «garantias inequívocas de estar disposto a alterar a sua posição no que se refere a aumentos salariais retroactivos a Janeiro, direitos sindicais de greve e negociação colectiva, estabilidade de emprego e reestruturação de carreiras».

A CNS referiu ainda, muito oportunamente, a posição «quase unânime» dos grupos parlamentares da Assembleia da República ao reconhecerem a justiça das reivindicações dos TFP, por ocasião do debate parlamentar sobre o Orçamento Geral do Estado.

• **Bancários** — «Os trabalhadores bancários estão fartos de manobras, estão fartos de submissão e passividade, estão fartos de conformismo e querem ver resolvido o seu contrato colectivo de trabalho», afirmava um dos organizadores da concentração dos bancários em Lisboa, na quarta-feira da semana passada.

O CCTV está em negociação há mais de três meses e até hoje praticamente nada se avançou. Os substitutos da CEC (Comissão Executiva de Contratação) demitida pelo Governo para ganhar tempo (e talvez para dar um ensejo à direcção PPD do Sindicato (SBSI) para decretar uma greve, exigida pela maioria dos trabalhadores, mas logo desconvocada com a nomeação da nova CEC) só na última segunda-feira foram nomeados e as negociações continuam na mesma.

Os eleitos pelas listas unitárias para o Conselho Geral, que é o órgão central do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (SBSI) condenam a actuação dos corpos gerentes PPD em todo o processo de negociação do Contrato. Incapaz de obter do Governo a satisfação das reivindicações, a actual direcção do SBSI escolheu a via da conciliação. E «o Governo, segundo um membro do Conselho Geral, tem tido cobertura para as suas acções provocatórias» devido ao «comportamento espectante, conciliatório e reformista da direcção do Sindicato», interessada, partidariamente, na política da Aliança reaccionária.

Os membros do Conselho Geral do SBSI eleitos pelas listas unitárias consideram que não havia motivo para desconvocar a greve marcada para terça-feira da semana passada. Com esta ou com outra CEC, as posições do Governo são as mesmas.

• **EPNC** (Empresa Pública «Notícias-Capital») — Os trabalhadores dos jornais estatizados «Diário de Notícias» e «A Capital», perante a declaração da empresa «em situação económica difícil», consideram que essa declaração da responsabilidade do Governo PPD/CDS publicada em 26 de Abril findo, «a pretexto de viabilizar economicamente a EPNC, não tem outra intenção senão a violação quase total dos direitos, regalias e interesses dos trabalhadores, consagrados na contratação colectiva de trabalho, já que não se consegue vislumbrar nas suas alíneas qualquer medida de reestruturação da EPNC».

No maior plenário desde sempre realizado na empresa, em 30 de Abril findo, os trabalhadores, depois de analisarem e discutirem o alcance das imposições do Governo, recusaram-se a cumprir essas medidas, aprovando para tal uma proposta que mandata a Comissão de Trabalhadores e os Sindicatos representativos dos trabalhadores na empresa para, no exercício dos seus direitos, desencadearem as formas de luta, indo até à greve, caso sejam aplicadas medidas repressivas aos trabalhadores pelo não acatamento das consequências da declaração da empresa «em situação económica difícil».

A «poupança» do Governo

Segundo um comunicado interno do Conselho de Gerência (CG), que tenta regulamentar a aplicação das medidas do Governo, a empresa entende, nomeadamente, obrigar os trabalhadores a prestar mais 236 000 horas de trabalho por ano e anuncia, entretanto, outras disposições que implicariam milhares de contos de poupança. Analisando as intenções do Governo e do CG, os trabalhadores afirmam que essa poupança é demagógica e que «cabe ao Governo assumir as responsabilidades decorrentes da aplicação do Decreto-Lei 639/76, que criou a EPNC e estabeleceu o compromisso de caber ao Estado a solução das dívidas passivas das duas empresas».

Por outro lado, lembra a proposta aprovada em plenário, «nenhuma medida foi tomada até agora para que o representante eleito pelos trabalhadores tome o lugar que lhe compete no Conselho de Gerência».

Ao recusar as medidas do Governo PPD/CDS, o plenário exige «o pagamento do reajustamento salarial devido aos trabalhadores desde 1978 e os retroactivos do CCT-Jornalistas e do CCTV-Imprensa».

A fim de esclarecer a opinião pública, regularmente manipulada e desinformada pelas falsas alegações governamentais, o plenário da EPNC afirma que as imposições governamentais «não visam resolver o problema financeiro de gestão da empresa, mas sim provocar os trabalhadores, pretendendo desestabilizar as relações de trabalho».

Censura e manipulação

O plenário, apelando «para a unidade de acção e solidariedade de todos os trabalhadores da EPNC contra eventuais medidas repressivas», considera que as imposições do Governo e do CG se inserem na estratégia governamental «de ataque à Imprensa estatizada, já traduzida na declaração da EPNC e da RDP em 'situação económica difícil', na censura e manipulação da informação, na imposição de chefias e direcções claramente repudiadas pelos trabalhadores, na recondução em funções responsáveis de indivíduos altamente comprometidos com o fascismo, na utilização de editoriais em jornais estatizados para defesa do Governo e ataque a outros órgãos de soberania e à Constituição, na recusa da RTP em conceder tempos de antena aos trabalhadores, aos sindicatos e aos partidos, violando a legislação em vigor».

• **Metalúrgicos** — «Lutaremos pela recuperação do poder de compra e por salários justos; lutaremos também pelo novo enquadramento profissional, complemento por acidente ou doença profissional, pelo subsídio de alimentação e diuturnidades», afirma a Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal perante a intransigência do patronato nas negociações da contratação colectiva, cuja última proposta é considerada «uma suja provocação a quem trabalha e vê constantemente reduzido o seu poder de compra».

Meio por cento de aumento

Meio por cento de aumento de salários relativamente à sua proposta anterior é até onde vai o patronato pretendendo ainda que «os sindicatos aconselhem os trabalhadores a aumentarem a produtividade»! A manobra é transparente. Os patrões querem que o seu Governo lhes dê uma Portaria com as tabelas miseráveis que tentam impor.

A próxima reunião de negociações é no dia 14. Até lá, as associações sindicais promoverão plenários de esclarecimento em todos os distritos. Se o Governo e patronato não modificarem as suas posições, os metalúrgicos endurecerão as formas de luta pois só dessa forma poderão vencer.

No Funchal
Dinheiros públicos para despedir trabalhadores

Fortemente subsidiada pelo Governo Regional do sr. Jardim e pelo IARN, a Fábrica de Calçado de Francisco da Graça Henriques, que começou a funcionar há menos de um ano, prepara-se para fechar as portas lançando 25 trabalhadores no desemprego.

A total incapacidade» dos proprietários para gerir a empresa era conhecida de «sectores responsáveis». As delegações sindicais representativas afirmam, num comunicado, que esse conhecimento era anterior à própria abertura da fábrica que o sr. Jardim incluiu, mesmo assim, entre as «glórias» da sua governação. Taxativamente, não se coibiu o sr. Jardim de afirmar (resolução 24/80) que «esta indústria de fabrico de calçado na Região Autónoma da Medeira, que nos seus primeiros meses de arranque efectuou vendas à volta dos 1 700 000 escudos, vai agora beneficiar deste aval para investimento em novos processos e modelos de fabrico». E vai de atribuir às mesmas «capacidades», além de um aval de 5200 contos em 1978 (resolução 60/78) mais dois avais de 800 e 350 contos já este ano.

Para quê? Para premiar a má gestão, ou coisa pior? Para subsidiar os patrões que ameaçam encerrar a fábrica durante Maio em curso, avisando entretanto os trabalhadores que quanto ao seu futuro nada se sabe?

Perante esta situação, as delegações sindicais acusam muito oportunamente o Governo Regional da Madeira de «fornecer dinheiro aos amigos».

Alertado por diversas vias, «incluindo o sindicato», o Executivo do sr. Jardim não teria agido, «inocentemente» ao entregar dinheiros públicos a empresários incapazes, que não se coibiu de elogiar oficialmente. Reafirmando que «não é possível ter confiança num governo destes», as delegações sindicais protestam contra «esse escândalo vergonhoso» e exigem a salvaguarda dos direitos dos 25 trabalhadores ameaçados de desemprego.

Semana

30 **Quarta-feira**

1918 – Proclamação da República Socialista Soviética autónoma do Turquestão.

O monstro do «apartheid»

Começam a ser despedidos por «abandono do emprego» os metalúrgicos que se mantêm em greve nas cidades industriais brasileiras de Santo André e São bernanrdo, no Estado de S. Paulo, Brasil ■ Milhares de crianças mestiças são presas e agredidas pela polícia racista sul-africana no bairro de Westbury (para mestiços) em Joanesburgo, na sequência de violenta carga policial sobre uma manifestação pacífica de milhares de crianças contra o sistema racista da educação ■ A princesa Beatriz sobe ao trono da Holanda, sucedendo a sua mãe, a rainha Juliana, que abdicou após 32 anos de reinado; em Amsterdão, onde decorreram as cerimónias da coroação, várias manifestações foram dispersadas violentamente pela polícia ■ Em França as organizações dos agricultores exigem ao governo que corte com os regulamentos da CEE, depois do fracasso da cimeira do Luxemburgo ter impedido a aprovação de novo sistema de preços agrícolas ■ As Forças Armadas iranianas entram em estado de alerta contra a eventualidade de uma nova acção militar americana ■ As três centrais sindicais italianas apelam aos trabalhadores de todo o país no sentido de fazerem do 1.º de Maio uma jornada de luta contra o terrorismo.

1 **Quinta-feira**

Dia Mundial do Trabalhador

Grandiosas manifestações de trabalhadores assinalam, em quase todo o Mundo, as celebrações do Primeiro de Maio, embora com cariz diferente: enquanto nos países socialistas gigantescos desfiles consagravam o rumo do processo revolucionário, nos países capitalistas as massas laboriosas mobilizaram-se sobretudo no protesto contra o aumento do custo de vida e o desemprego.

2 **Sexta-feira**

1802 – Levantamento popular em Madrid contra a invasão francesa é derrotado; segue-se uma dura repressão mas começa a resistência popular.

Suarez «remodela»

O Partido Trabalhista Britânico recupera a direcção de muitas autarquias locais nas eleições municipais realizadas no norte e sul da Inglaterra ■ O Papa João Paulo II chega ao Zaire, no início da sua primeira visita a África ■ O patronato sueco impõe um «lock-out» a mais de 750 000 empregados, e 100 000 outros trabalhadores declaram-se em greve, no mais grave conflito laboral que surge na Suécia em 70 anos ■ O primeiro-ministro espanhol Adolfo Saurez procede a uma remodelação governamental, substituindo cinco ministros e trocando as pastas de outros três ■ O Irão recusa-se a ceder às exigências dos ocupantes da sua embaixada em Londres, tendo um porta-voz do Ministério dos NE iraniano declarado que o governo britânico será responsabilizado pela sorte dos reféns de Londres ■ Milhares de estudantes sul-coreanos manifestam-se pelo segundo dia consecutivo, pedindo reformas de ordem política e defrontando-se com a polícia de choque.

3 **Sábado**

1936 – A Frente Popular ganha as eleições em França.

Em «resposta» às greves que ali se têm verificado, as autoridades sionistas decidem isolar a cidade de Hebron de todas as zonas ocupadas, ao mesmo tempo que deportam para o Líbano três dirigentes palestinianos da Cisjordânia ■ A polícia britânica recomeça negociações com os homens armados que ocupam a embaixada iraniana em Londres ■ Na sequência da remodelação ministerial realizada pelo primeiro-ministro espanhol Adolfo Suarez, tanto o PCE como o PSOE manifestam as suas críticas ao novo elenco governativo, acusando-o de constituir uma viragem à direita ■ Dirigentes do Yemen do Norte e do Yemen do Sul reúnem-se em Aden num encontro tendente a normalizar as relações entre os dois países ■ Na Suécia, protestando contra o «lock-out» patronal que afecta três quartos de milhão de trabalhadores, surgem ocupações e greves por toda a parte; mais de um milhão de trabalhadores estão paralisados e a vida no país começa a ressentir-se já ao nível da alimentação, pois alguns géneros deixaram de aparecer nos mercados.

4 **Domingo**

1469 – Nasce Nicolau Maquievel, estadista, publicista e historiador de Florença, autor da célebre obra « O Príncipe».

Morre na clínica de Liubliana onde se encontrava hospitalizado há quatro meses o marechal Josip Broz Tito, presidente da República Socialista Federativa da Jugoslávia; tinha 87 anos ■ As autoridades angolanas informam que foram mortas nove pessoas e feridas 13, num recente bombardeamento aéreo dos racistas sul-africanos ao sul do país ■ Cresce a tensão no Médio Oriente, registando-se greves em várias cidades da Cisjordânia ocupada pelos sionistas, em protesto contra a deportação para o Líbano de três dirigentes municipais palestinianos ■ Cyrus Vance, ex-secretário de Estado norte-americano, afirma que o facto de o presidente Carter ter conjuntamente um secretário de Estado e um conselheiro de Segurança Nacional (Brzezinski) «lança a confusão» sobre a política externa norte-americana ■ É descoberto no Estado norte-americano da Califórnia um bando de traficantes de recém-nascidos, cujos membros recrutavam nomeadamente na Argélia, Tunísia, Irlanda e Itália mulheres pouco desejosas de ficarem com os filhos, sendo os recém-nascidos vendidos a casais norte-americanos por um preço médio de 875 contos.

5 **Segunda-feira**

1912 – Sai o primeiro número do «Pravda» bolchevique, com uma tiragem de 60 000 exemplares; Dia da Imprensa soviética.

Constantino Karamanlis

Um comando de forças especiais britânicas assalta a embaixada do Irão em Londres, libertando 19 reféns dos que ali se encontravam sequestrados; dois dos reféns morreram, foram abatidos três dos cinco sequestradores e ficaram feridas cinco pessoas; a acção, segundo as notícias da imprensa, foi desencadeada quando os sequestradores, cumprindo a ameaça de liquidar um refém de meia em meia hora se não fossem «atendidos», atiraram o primeiro corpo para o exterior do edifício ■ As tropas sionistas intensificam a repressão na Cisjordânia dispersando violentamente jovens manifestantes palestinianos e desencadeando uma nova vaga de prisões ■ Os suecos compram, em pânico, o máximo possível de bens essenciais, enquanto cerca de um milhão de trabalhadores continuam paralisados em todo o país ■ Os professores das escolas de Joanesburgo e da cidade do Cabo, na África do Sul, decidem entrar em greve numa atitude de solidariedade para com os estudantes mestiços e indianos, em luta contra o regime racista do ensino ■ O primeiro-ministro Constantino Karamanlis é eleito presidente da Grécia ■ A agência noticiosa de Moçambique (AIM) anuncia que a barragem de Cabora Bassa começou a fornecer energia à RP de Moçambique.

6 **Terça-feira**

1885 – O químico e biólogo francês, Louis Pasteur, faz a primeira experiência de soro anti-rábico.

Prossegue a paralisação quase total na Suécia, afectando numerosos serviços vitais e obrigando o próprio rei a pedir autorização a um sindicato para se deslocar para fora do país ■ Constantino Karamanlis, que ontem foi eleito presidente da Grécia ao terceiro escrutínio, apresenta a demissão do seu Governo ao presidente Tsatsos ■ Em comunicado emitido em Argel, a Frente Polisário anuncia que destruiu um barco marroquino ao largo da costa sul de Marrocos, matando dez tripulantes e capturando sete ■ Um grupo de agricultores franceses envolve-se em recontros com a polícia após ter queimado o retrato de Margaret Thatcher e rasgado a bandeira britânica em frente das instalações do Parlamento Europeu

Os Comunistas na Assembleia da República

A direita recusa ao país o desenvolvimento e o progresso

Estavam lá todos os deputados da direita. Pelo menos era a ideia que dava, pois que não foi necessário proceder à contagem dos votos na passada terça-feira e as bancadas do lado de lá mostravam uma imagem rara nos últimos tempos. De medo que, no seguimento das derrotas sofridas – já são bastantes e importantes – outras pudessem suceder, vieram em peso defender com unhas e dentes o Orçamento reaccionário, das propostas de alteração que os comunistas e os socialistas apresentaram.

Estavam todos, mas não em bloco, pois de novo os reformadores se foram demarcando, abstendo-se aqui e além e acotevelando o deputado Sousa Tavares, que aproveitou bem o tempo a dormir, para que ele se levantasse e assim mostrasse a sua abstenção solidária e «reformadora»...

As propostas de alteração foram, é claro, rejeitadas. A terem sido aprovadas as dos comunistas, embora não fizessem do Plano e do Orçamento novos documentos, modificá-los-iam profundamente e transformariam as propostas do Governo reaccionário de Sá Carneiro/Freitas do Amaral em diplomas que não atentariam contra o desenvolvimento do país e o nível de vida dos portugueses.

Logo após as declarações de voto que cada partido apresentou justificando as suas posições na votação na generalidade, Carlos Carvalhas, apresentando uma proposta de substituição do Capítulo II, Parte I do Plano, definiu-a como alternativa a um conjunto de prioridades, propondo que fossem adoptados vários objectivos – o aumento do poder de compra da população portuguesa através do controlo da inflacção, da actualização do salário mínimo, do aumento dos salários reais e de uma política que conduzisse a uma melhor repartição do rendimento nacional em favor dos trabalhadores; a diminuição do desemprego (a criação dos postos de trabalho que o Governo define não chega sequer para suprir o número de jovens que anualmente chegam ao mercado do trabalho); o desenvolvimento económico através do aproveitamento das capacidades produtivas instaladas e dos recursos internos (e a proposta de alteração do PCP avança medidas como a concretização do Plano Siderúrgico, da barragem do Alqueva, a modernização da frota de pesca e da Marinha Mercante, a expropriação dos 700 mil hectares de propriedade da zona da Reforma Agrária e o apoio técnico às explorações agrícolas da zona, a devolução às UCP's das terras ilegalmente retiradas, o projecto da baterraba sacarina, o apoio técnico e em crédito aos pequenos e médios empresários); finalmente propunha-se a deversificação das relações externas de Portugal, tendo em vista o incremento das exportações.

A proposta foi rejeitada. Provava-se que nenhum dos objectivos apresentados interessam ao Governo e à sua maioria de apoio.

O que a direita não quer

Pelas propostas de alteração rejeitadas se vê claramente o que a direita instalada no poder não quer. Recusou acrescer uma dotação provisional que abria a possibilidade de garantir a satisfação das reivindicações dos trabalhadores da Função Pública – reivindicações subscritas pelas organizações sindicais de mais de 300 mil trabalhadores da Administração Central, Regional e Local e que respeitam à actualização de salários, subsídios e pensões dos trabalhadores no activo e reformados.

Recusou a maioria reaccionária a proposta de alteração do orçamento global da segurança social que propunha o aumento da pensão mínima de invalidez para 4 500$00 e da pensão social de desalojados e rurais, por invalidez para 3 750$00, e o subsídio de grande inválido de mil para três mil escudos.

Recusou garantir o aumento do abono de família de 300 para 500 escudos e a actualização da pensão de sobrevivência para 60 por cento do quantitativo atribuído à pensão de invalidez e de velhice.

As Finanças Locais também estiveram em questão. Comunistas e socialistas levaram à Assembleia a proposta de integrar no OGE os 25 milhões de contos que o Governo retirara ao cumprimento da Lei, defraudando assim as autarquias daquela importância. Rejeitado também. O Governo, como denunciou José António Veríssimo, retirava assim mais de 6 mil contos em média a cada freguesia, mais de 80 mil contos a cada município. O Governo não quis cumprir a Lei. A maioria também não, apesar de os maiores partidos que a integram a terem aprovado numa altura de demagogia fácil.

Uma verba especial, de 77 mil contos, proposta pelos comunista, para a instalação do município da Amadora, mereceu também a rejeição da Aliança reaccionária, embora os eleitos AD daquele novo município não devam ficar satisfeitos com a posição da sua maioria parlamentar.

Novos projectos do PCP

Dois importantes projectos de lei foram apresentados recentemente pelo grupo parlamentar comunista à Assembleia da República, recebendo o primeiro o número 447/I – sobre o regime de eleição da Assembleia Regional dos Açores –, e o segundo o número 449/I – sobre Parceria Agrícola.

Ao apresentar a primeira daquelas iniciativas considera o grupo parlamentar comunista que ela **visa criar condições para a aprovação pela AR de um diploma que, em conformidade com a Constituição e de acordo com os princípios democráticos, contribua para a realização de eleições através das quais a população da Região Autónoma dos Açores avance na satisfação dos seus interesses específicos e aspirações autonómicas.**

Considerando que a legislação na base da qual se efectuaram as últimas eleições carece de alterações, por contrariar a Constituição em alguns pontos, o Projecto avança modificações sensíveis, sendo de destacar a proposta de aumento do número de deputados à Assembleia Regional para 90, visando um aumento de representatividade. Sublinhe-se que 90 é um número idêntico ao dos eleitos para a Assembleia Municipal e, como refere o Projecto apresentado, **não só seria estranho que uma Assembleia Regional tivesse menor número de membros que o número de eleitos directamente para uma Assembleia Municipal, como seria inadmissível que a Assembleia Municipal de Ponta Delgada tivesse mais membros que a Assembleia Regional.**

Um regime do passado

A lei do arrendamento rural de 1975 proibiu a parceria agrícola – diz-se no preâmbulo do projecto sobre esta matéria. – **A aplicação dessa lei levou a que ela fosse efectivamente extinta em muitos casos. Todavia, as forças partidárias que reflectem os interesses dos grandes proprietários, impuseram, em 1977, com a segunda lei do arrendamento rural (também conhecida como a "lei dos senhorios ricos") a reposição da legalidade desse regime absoleto.**

O Projecto agora apresentado pelos comunistas, que têm em conta a importância das acções que os próprios agricultores têm desencadeado contra tal regime, visa criar condições legais para a efectiva extinção da parceria, estabelecendo normas que têm em vista uma maior autonomia do parceiro-agricultor e estabelecendo ainda que, sempre que este o deseje, será o contrato de parceria convertido em arrendamento rural.

O grupo parlamentar do PCP apresentou ainda mais outro projecto, sobre a participação das associações sindicais na gestão das instituições de segurança social (462/I), e optou pela inclusão na ordem do dia de 13 de Maio próximo do projecto de lei 439/I, sobre a criação da Faculdade de Direito do Porto.

Carlos Brito: A firme reprovação e a denúncia da política do Governo

Ao fim de 4 meses, o Governo Sá Carneiro tem o Orçamento, na generalidade. Não é apenas o pior de quantos houve depois do 25 de Abril. É também o que mais se fez esperar. O Governo e a coligação falam muito de trabalho, mas não trabalham como falam.

Dizia o sr. ministro das Finanças que "não é o orçamento que a oposição quer". É muito mais do que isso: é o orçamento que o povo português não quer.

Foi o que ficou demonstrado com as grandes manifestações do 1.º de Maio que se desenrolaram em pelo menos 70 localidades do País, com a participação de muito mais de um milhão de portugueses, traduzindo um vasto e vigoroso movimento de condenação do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral e da política que realiza – aí incluídas as orientações que constam das propostas de lei em apreciação.

As propostas de lei das Grandes Opções do Plano e do OGE trazidas à AR pelo Governo Sá Carneiro constituem, por um lado, os mecanismos da sua política de restauração capitalista e de intensificação da exploração dos trabalhadores e de todas as camadas não monopolistas da população, e representam, por outro, os instrumentos de uma política eleitoralista através da qual, com o ludíbrio e a manipulação de uma parte do eleitorado, a AD planeia consumar uma mascarada eleitoral para perpetuar-se no poder.

O voto do PCP contra as 2 propostas de lei é a firme reprovação e denúncia dessa política, mas é ainda uma manifestação de repulsa pela forma como o Governo a apresenta ao País, prevalecendo-se do monopólio sobre os meios de comunicação social estatizados e dos métodos escandalosos de censura que crescentemente vem exercendo sobre jornalistas e outros trabalhadores que neles exercem a sua actividade.

O povo português não tem dúvidas de que as suas condições de vida pioraram seriamente desde que Sá Carneiro e Freitas do Amaral assumiram as responsabilidades do Governo.

Mas em face da campanha de mentira que o Governo leva a cabo sobre a natureza das suas medidas de política económica e social e das promessas de bem-estar que a propaganda oficial vem destilando, toma-se uma obrigação, um dever de honra dos partidos da oposição, informar solenemente os portugueses que as orientações de política económica, financeira e social contidas nas propostas aprovadas na generalidade apontam para um agravamento ainda maior das condições de vida do nosso povo.

O debate que a AR travou durante 3 dias teve, pelo menos, uma virtude: permitiu desvendar o Orçamento e o Plano verdadeiros – os que se ocultam sob a espessa capa de falsificações que a propaganda oficial construiu e continuará a propagar.

Ficou provado que a política do Governo conduz à desvalorização dos salários reais dos trabalhadores e ao generalizado aumento do preço dos géneros de primeira necessidade.

O Governo limita em geral a contratação colectiva e contrariando as promessas e afirmações feitas acabou finalmente por desvendar que pretende impor um tecto salarial de 18%. No sector empresarial do Estado o tecto salarial surge sem disfarces e para aplicá-lo o Governo não hesita em recorrer às piores chantagens. Aos trabalhadores da Função Pública o Governo nega pura e simplesmente a actualização salarial, pretendendo impor-lhes um corte nos salários reais superior a 9%.

Os próprios números oficiais reconhecem que a produtividade subiu incessantemente ao longo dos últimos 4 anos enquanto os salários reais sofreram uma diminuição superior a 16%. O Governo Sá Carneiro procura agravar ainda mais esta situação procedendo de forma a que a parcela do rendimento nacional afectada aos lucros continue a subir enquanto decresce a correspondente aos salários...

Afirmámos e o debate demonstrou que haverá um aumento da carga fiscal sobre a população laboriosa e o alargamento da obrigação de pagamento de impostos a cidadãos que até agora dele estavam isentos.

Não é apenas o peso dos impostos indirectos que cresce (agravando as distorsões do nosso sistema fiscal): a proposta redução da carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho beneficia menos os que menos têm, privilegiando os que já dispõem de rendimentos mais elevados.

A maior parte dos trabalhadores rurais, muitos trabalhadores dos serviços e largos milhares de trabalhadores da indústria ficarão excluídos de qualquer benefício.

80% dos restantes obterão uma redução de 2 pontos. Só cerca de 30 mil trabalhadores obterão uma redução de 5 pontos.

Esta realidade é em si mesma suficientemente expressiva para desmascarar a demagogia do Governo em relação àquilo que denomina a "política de desagravamento fiscal".

Quanto ao investimento produtivo ficou claro que a taxa de investimento de 6% anunciada é um *bluff*. Um tal aumento em termos reais é incompatível com as dificuldades de concessão de crédito, com a manutenção das elevadas taxas de juro vigentes, com a limitação ou congelamento de grandes projectos de investimento público (como o Alqueva e o Plano Siderúrgico Nacional), com um crescimento da produção nacional a 3,5% ao ano.

O que é real é que a política do Governo conduz à estagnação do investimento produtivo, mais uma vez adiando o desenvolvimento da economia nacional.

O que o Governo "desenvolve" verdadeiramente são os défices: do orçamento corrente, do orçamento global, da balança de transacções correntes. O refalsado orgulho com que o Governo pretende justificá-los não chega para encobrir a política de desastre e dependência que eles revelam e a manipulação eleitoralista que com eles se prepara.

Com a mesma frieza com que averba estes tristes recordes em matéria de défices, **o Governo viola a Lei de Finanças Locais.** O Governo não só subtrai às autarquias 25 milhões de contos em 1980 como desenvolve uma interpretação da lei e expande uma concepção de poder local tendente a justificar o seu incumprimento para todo o sempre. Assim se vê como forças políticas que na oposição se reclamavam da descentralização administrativa, uma vez chegadas ao poder revelam o seu pendor ferozmente centralizador (embora encapotado).

De todo o debate emergiu mais claramente a verdadeira face de um governo eleitoralista e restauracionista que prepara o próximo Outono pensando no regresso ao 24 de Abril...

Mais sugestiva ainda da verdadeira face do Governo foi, porém, a reunião que o director da região norte da CP realizou a 30.IV.80 com responsáveis por diversos serviços e sectores. **Tema:** o Governo põe ao dispor da CP 400 mil contos para "investimentos de carácter prioritário". Pergunda imediata: quais os critérios de prioridade?

Resposta, textualmente: "só serão financiados aqueles projectos que sejam bem visíveis e possam estar prontos até ao fim de Setembro".

E foram seleccionados 13 projectos: cestos de papéis e cinzeiros para estações, placas toponímicas, bancos e cadeiras, instalações sonoras para alguns abrigos e estações escolhidas, alguns relógios sincronizados para estações seleccionadas, flores (com a recomendação de serem de boa qualidade e cores berrantes), e, para rematar, este mimo: cartazes de 2 m por 1,5 m para as obras a fazer com os dizeres "obras de beneficiação para melhoria do conforto dos passageiros".

E para tudo isto um só coordenador: engenheiro, director, um destacado activista da AD.

Isto é, Senhor Presidente, Senhores Deputados, uma rematada vergonha. Mas é isto que é o estilo e a verdadeira política do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral. É desta a massa de que são feitas as propostas de lei das Grandes Opções de Plano e do OGE.

Uma alternativa à proposta de lei do Plano implica pois uma tranformação completa. Uma transformação por forma tal que as opções e objectivos fundamentais correspondessem às nossas possibilidades e necessidades, colocando a economia ao serviço do povo e das classes e camadas de menores recursos.

Através da gestão corrente do Estado, do investimento do Sector Empresarial do Estado e das medidas de política macroeconómica, **o Plano deveria constituir o Governo na obrigação de aumentar o poder de compra da população, controlar a inflação, aumentar os salários reais dos trabalhadores e produzir uma justa repartição do rendimento nacional.**

O Governo deveria ficar obrigado a diminuir o desemprego e a promover o desenvolvimento económico com a prioridade para a agricultura, pecuária e pescas e para os sectores industriais básicos – designadamente através do aumento do investimento no sector nacionalizado.

O Plano deveria fixar ao Governo a obrigação de concretizar projectos e medidas como o Plano Siderúrgico Nacional (que não se reduz à mera expansão da Siderurgia do Seixal e comporta o aproveitamento do Ferro de Moncorvo e das pirites alentejanas), a construção da barragem do Alqueva, a modernização da frota pesqueira e da marinha mercante (com a utilização dos estaleiros navais portugueses)...

Deveria figurar no Plano a obrigação de o Governo expropriar os 700 mil hectares de latifúndios na zona da Reforma Agrária e devolver às UCPs/Cooperativas as terras que lhes foram ilegal e ilegitimamente retiradas, bem como adoptar medidas de apoio financeiro e técnico adequadas ao incremento da produção agrícola dentro e fora da zona da Reforma Agrária – designadamente aos pequenos agricultores, às cooperativas de trabalhadores rurais e pequenos agricultores e às UCPs/Cooperativas.

Finalmente o Governo deveria ser constituído através da lei do Plano na obrigação de dar apoio técnico e em crédito aos pequenos e médios empresários com vista à produção de produtos actualmente importados e a uma maior dinamização das suas explorações, no quadro da diversificação por todos os meios possíveis das relações externas de Portugal, tendo em vista a melhoria da balança comercial e os interesses da independência nacional.

Vão nesse sentido as propostas de alteração à lei do Plano que acabamos de apresentar na Mesa da AR.

Quanto à proposta de lei do OGE não podíamos deixar de propor:

- o cumprimento **integral** da Lei das Finanças Locais com a transferência para as autarquias dos 25 milhões de contos que o Governo lhes subtrai;
- a dotação com mais cerca de 8 milhões de contos da verba destinada aos aumentos dos trabalhadores da função pública, por forma a garantir pelo menos a actualização dos seus vencimentos;
- a transferência a fundo perdido do mínimo de 1 milhão de contos para a reconstrução nas ilhas da Região Autónoma dos Açores atingidas pelo sismo de 1 de Janeiro;
- o alargamento do limite de isenção do Código do Imposto Profissional para 138 contos – com vista a um mínimo de justiça fiscal e com o mesmo espírito na alteração das taxas e escalões do imposto profissional e complementar.

Em matéria de segurança social proporemos:

- o aumento do abono de família de 300 para 500$00;
- a actualização das pensões mínimas de velhice (e as de invalidez) do regime geral e da CP para 4 500$00 e da pensão social, desalojados e rurais para 3 750$00 (com o mesmo montante para as de invalidez);
- elevação do subsídio de grande inválido de 1000 parra 3 000$00;
- actualização das pensões de sobrevivência para 60% da pensão de invalidez e velhice.

Também aqui seria possível (não fora este Governo) encontrar compensações adequadas no domínio das receitas sem alargar os défices e por isso mesmo não criando novas tensões inflacionistas. Só as dívidas à Previdência – que podem e devem ser cobradas – ultrapassam largamente as necessidades mínimas de financiamento, que este OGE não cobre.

As propóstas que acabámos de enunciar constituem por si mesmas um libelo acusatório à política governamental e pressupõem uma outra radical e fundamental alteração: a demissão e substituição do Governo Sá Carneiro.

O debate e a votação das Leis do Plano e do OGE constituem elemento demonstrativo de que este Governo é incapaz de resolver os problemas do povo e do País e de que está a agravá-los a todos. O Governo recebe da sua maioria o Orçamento mas não fica de pedra e cal.

Deputados comunistas no concelho do Fundão

Uma delegação do Grupo Parlamentar do PCP esteve no último fim-de-semana no concelho do Fundão com o objectivo fundamental de contactar de perto com alguns dos problemas que afectam as populações locais.

Durante a sua estadia, os parlamentares comunistas foram sempre acompanhados pelo camarada José Paulo Gascão, membro da DORBI (Direcção da Organização Regional da Beira Interior) e por elementos da Comissão Concelhia do Partido.

A visita seguiu-se a algumas iniciativas já tomadas na Assembleia da República, nomeadamente sobre a sobrevivência da Escola do Magistério Primário, a insuficiente rede de comunicações e as dificuldades com que luta o Hospital do Fundão.

O deputado João Amaral esteve na sede do «Jornal do Fundão», onde foi recebido pelo director e chefe de redacção, tendo ainda visitado as instalações e reunido com os representantes dos trabalhadores.

Participou também numa sessão de esclarecimento onde estiveram presentes cerca de duas centenas de pessoas. A actual situação política foi o tema dominante do encontro.

O camarada João Amaral esteve posteriormente na Escola do Magistério Primário e no Infantário «Porta Aberta», importante realização social daquela Escola que, integrando-se no plano de formação das educadoras infantis, presta ainda importantes serviços à população.

Após uma passagem pela sessão da Assembleia Municipal, onde proferiu breves palavras de saudação, aquele deputado deslocou-se à freguesia de Silvares para se inteirar da situação em que se encontra o projecto de construção da futura ponte que ligará Silvares ao Orondo, velho anseio das populações.

João Amaral esteve ainda na Enxabarda, onde contactou com elementos da população que o informaram acerca dos seus principais problemas e carências.

No domingo, os deputados Vítor Louro e João Amaral foram recebidos por representantes da Cooperativa Agrícola dos Fruticultores da Cova da Beira e da Cooperativa Agrícola dos Olivicultores do Concelho do Fundão. Após a reunião visitaram as instalações da primeira daquelas cooperativas. À tarde foram recebidos pelo engenheiro Lopes Courinha, da Delegação do Aproveitamento Hidro-Agrícola da Cova da Beira, tendo em seguida visitado as obras em curso deste importante regadio.

Na passada segunda-feira o camarada Vítor Louro participou numa sessão de esclarecimento, largamente concorrida, sobre os problemas dos agricultores da zona.

Entretanto, os deputados José Ernesto Oliveira (membro do executivo nacional da Comissão Organizadora do Encontro do PCP sobre os problemas da Saúde, o qual se realiza no próximo fim-de-semana) e João Amaral foram recebidos pela comissão instaladora do Hospital Concelhio do Fundão, que os informou de forma detalhada e clara sobre os graves problemas daquela unidade hospitalar. A delegação parlamentar do PCP teve ainda oportunidade de visitar pormenorizadamente as instalações, acompanhada pela comissão instaladora.

A diversidade de questões e problemas que vieram através deste contacto directo ao conhecimento do Grupo Parlamentar do PCP permitirá uma melhor intervenção dos deputados comunistas em defesa dos interesses globais da população do Fundão e da Cova da Beira, zona do país que tão esquecida tem sido.

Os insultos da AD aos jovens médicos

Durante o debate do OGE e do Plano os deputados comunistas intervieram abordando, para além das perguntas que dirigiram ao Governo, os problemas mais importantes que levantaram aqueles dois diplomas, acentuando o carácter reaccionário das medidas que o Executivo viu aprovadas pela sua maioria atenta e obrigada. O tom subiu muitas vezes nas palavras. Os deputados da direita não pouparam demagogia e arrogância. Nem insulto.

Um dos defensores da política governamental, que já habituou o hemiciclo às suas tiradas em linguagem menos própria, e a uma argumentação pelo menos descabida, partiu em guerra contra o Serviço Nacional de Saúde. Não é a primeira vez. Mas desta procurou ofender os jovens médicos que no serviço à periferia dão muitas vezes o melhor de si próprios para que a Saúde possa ser um bem acessível às populações. Tratou-os de incompetentes, de fingir de médicos, de sobrecarregar a comunidade com uma carreira privilegiada.

Tais palavras não passaram sem o protesto do deputado comunista, José Ernesto:

– Actualmente cerca de 9 mil médicos portugueses são jovens, para os quais o futuro é negro e para os quais o Governo AD não encontrou uma única resposta como, até, pelo contrário, tudo tem feito para agravar a sua situação.

Na minha intervenção desta tarde – continuou – **há pontos concretos da legislação que foi revogada de uma forma que, sonegando absolutamente a discussão nesta Assembleia, prejudica e coloca esses jovens médicos numa situação quase** que desgraçada em relação ao futuro e à face dos outros seus colegas, apenas pelo facto de serem mais novos.

O ataque que o senhor deputado nos fez é, no entanto, sintomático da forma como a direita, da forma como a ordem dos médicos que tem aqui como patrono o deputado Sousa Tavares, à falta de outros porque mais incompetentes na matéria, nos tem tratado. Ao atribuir e lançar para os ombros das jovens gerações médicas todo o peso dos grandes males que afligem a saúde do povo português, não fez mais do que colocar-se ao lado daqueles que, efectivamente defende e, no fundo, escamotear, esconder e ocultar aos olhos desta Câmara e do país, as verdadeiras razões do escândalo da saúde do nosso povo.

Não são os jovens médicos que com os sacrifícios, com as impreparações, com as dificuldades, muitas vezes arrostando com as próprias incompreensões dos colegas mais velhos, que vão para a província e que asseguram lá os cuidados médicos à população, os responsáveis por esses males. Concelhos há, distritos há, como é o caso do distrito de onde sou eleito, e que infelizmente o sr. deputado também é mas não conhece, que é o distrito de Évora, onde, à parte da cidade de Évora, nos restantes concelhos há apenas oito médicos residentes, e todo o resto da assistência médica é precisamente garantida por esses jovens médicos que merecem o desprezo do sr. deputado.

Assinado o acordo PCP-MDP/CDE para as próximas eleições legislativas

1. Na sequência das conversações que têm vindo a realizar, delegações do Partido Comunista Português (PCP) e do Movimento Democrático Português (MDP/CDE) estabeleceram, em encontro efectuado a 5 de Maio, os termos do acordo que serve de base à reconstituição da coligação eleitoral Aliança Povo Unido (APU), tendo em vista as próximas eleições para a Assembleia da República.

Participaram no encontro Álvaro Cunhal, Carlos Brito e Jorge Araújo, por parte do PCP, e José Manuel Tengarrinha, Herberto Goulart, António Galhordas, por parte do MDP/CDE.

2. Ao anunciarem a comum decisão de reconstituirem a APU para as próximas eleições legislativas, os dois partidos sublinham que, como atestam os resultados obtidos nas eleições intercalares (1 129 322 de votos – correspondendo a 19% dos votos) e nas eleições para as Autarquias Locais (1 041 985 de votos – correspondendo a 20,9% dos votantes), a Aliança Povo Unido converteu-se na mais valiosa expressão política do movimento de unidade, solidariedade e cooperação das forças democráticas, dos cidadãos amantes da liberdade, do progresso económico e social, da democracia e da independência nacional.

3. A exemplo do verificado nas passadas eleições de 2 de Dezembro, a coligação Aliança Povo Unido para as eleições para a Assembleia da República, constituir-se-á nos termos da legislação em vigor, deixando de existir quando for tornado público o resultado definitivo das eleições e dando origem na Assembleia da República a Grupos Parlamentares distintos correspondentes às forças políticas integrantes da coligação.

4. Os dois partidos salientam que a reconstituição da Aliança Povo Unido constitui a forma de intervenção eleitoral que na presente situação política melhor traduz a poderosa corrente de opinião que apoia a defesa firme e consequente do regime democrático constitucional, das liberdades e das outras grandes conquistas do 25 de Abril – especialmente a Reforma Agrária e as nacionalizações –, bem como a luta por uma alternativa democrática ao governo do grande capital e das forças do passado.

Os dois partidos sublinham que a reconstituição da Aliança Povo Unido é, no plano eleitoral, a mais importante contribuição para assegurar o triunfo da democracia sobre a reacção nas eleições para a Assembleia da República do ano corrente, principal objectivo do eleitorado democrático que quer afastar os perigos e ameaças que os planos subversivos do PPD/PSD e do CDS e o governo Sá Carneiro fazem pairar sobre o regime democrático.

5. Ao reconstituirem a coligação eleitoral Aliança Povo Unido, os dois partidos tornam pública a sua disposição de examinarem com outras forças políticas, sectores e personalidades democráticas a possibilidade da sua participação eleitoral no quadro da APU, em modalidades a considerar, e sempre no respeito pela respectiva autonomia e identidade políticas, com vista ao reforço e enriquecimento de uma dinâmica unitária que a defesa do regime democrático e a vitória sobre a reacção indiscutivelmente reclamam.

6. Sem prejuízo desta abertura à contribuição e participação de outras forças e sectores democráticos, os dois partidos tomarão oportunamente as medidas adequadas para a elaboração e conclusão das listas de candidatos, para a conclusão de um acordo político de cooperação parlamentar, para a preparação da sua intervenção na campanha eleitoral, a qual deverá voltar a integrar, além das iniciativas comuns da coligação, campanhas autónomas de cada um dos partidos.

7. Entretanto, os dois partidos apelam aos activistas e a todos os apoiantes da APU a que desde já se empenhem nas tarefas da actualização do recenseamento no corrente mês de Maio e na escolha e preparação dos delegados da APU para as Assembleias e Secções de Voto, única garantia de uma correcta fiscalização eleitoral. Apelam igualmente a que, com confiança e disposição combativa, participem numa larga e diversificada acção de esclarecimento político que reforce a resistência popular à ofensiva antidemocrática e ajude a preparar as condições para a vitória da democracia nas próximas eleições para a Assembleia da República.

8. Reconstituida a Aliança Povo Unido para as eleições legislativas, os dois partidos salientam que uma grande campanha de massas em torno da APU, o reforço da sua votação e o aumento do número de deputados eleitos pelas suas listas representarão um considerável estímulo e encorajamento a uma mais ampla unidade das forças democráticas, condição essencial para a defesa dos interesses e aspirações do povo português para a salvaguarda da liberdade e das outras grandes conquistas do 25 de Abril, para a continuação e consolidação do regime democrático-constitucional.

Lisboa, 5 de Maio de 1980

O Encontro Nacional do PCP sobre problemas de Saúde é já no próximo fim-de-semana

Na última reunião da Comissão Organizadora, realizada, como de costume, no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, e que teve lugar no passado domingo, constatou-se um grande interesse à volta dos trabalhos preparatórios do Encontro Sobre Problemas de Saúde que o PCP promove na próximo fim-de-semana, nas instalações da Voz do Operário.

Tal interesse, manisfestado na participação das reuniões e sessões que as organizações do Partido têm promovido um pouco por todo o país, verificou-se também nos pedidos de aumento de número de delegados e convidados, sinal de que as primeiras estimativas da Comissão Organizadora e as ractificações propostas pelas organizações regionais foram ultrapassadas pela realidade. São muitos mais os camaradas e os amigos do PCP e os democratas interessados em participar e assistir ao Encontro e prevê-se que estejam presentes muitas personalidades ligadas aos problemas da Saúde.

Ultimar os preparativos

A reunião de domingo da Comissão Nacional foi a última antes do Encontro. Trata-se já de ultimar os preparativos do Encontro. A semana que decorre registará, ainda, muito trabalho, intensificando-se as iniciativas programadas, ao mesmo tempo que se dão os últimos retoques em intervenções principais, se distribuem convites e cartões de delegados, se reformula o documento base com as achegas que as reuniões trouxeram durante o debate a nível nacional.

Assim, os aspectos técnicos do Encontro constituiram um dos pontos da reunião. Decisões foram tomadas para que as questões de implantação, montagem e decoração da sala se resolvessem de modo a que, nos próximos sábado e domingo, muitas centenas de pessoas possam participar no Encontro. Apoio dactilográfico e de reprodução de documentos, apoio a delegados e a convidados, recepção, contactos com a imprensa, tais são as tarefas que ficam a cargo de um secretariado técnico entretanto formado.

Cartazes já editados foram distribuídos levando a imagem do Encontro aos mais longíquos pontos do país. Cartões – de delegados e de convidados – foram também distribuídos: por enquanto são 565 os delegados e 1239 os convidados, embora se admita que qualquer destes números possa vir a ser aumentado.

O horário do Encontro, que publicamos hoje, também foi fixado. E falou-se de um poster a ser editado e vendido, revertendo o dinheiro assim adquirido para fundos e cobertura das despesas que uma iniciativa desta natureza sempre comporta.

Intervenções em Plenário

Mais de vinte intervenções estão já preparadas para serem lidas em plenário, introduzindo alguns dos mais importantes temas que serão abordados no Encontro e que as secções aprofundarão de forma mais sistematizada.

Para além das intervenções de carácter político que também se prevêem, os temas a abordar serão os seguintes: **Sistema Regional de Saúde da Madeira; Serviços Médicos à Periferia; Medicamentos; Custos em Saúde; Equipamentos de Saúde; Aprovisionamento; Saúde Mental; Urgência; Regionalização e Planificação dos Serviços de Saúde; Rede Hospitalar; Meios Humanos na Saúde; Humanização dos Cuidados Hospitalares; Melhoria do Rendimento num Hospital; Serviços Médico-Sociais; Uma Experiência de Serviços de Saúde Local; Centros de Saúde na Melhoria da Situação Sanitária; Serviços de Saúde e Autarquias; Problemas Socioprofissionais dos Trabalhadores da Saúde; o Movimento Sindical Unitário e a Saúde; Situação Sanitária da Região de Coimbra; Organização Popular e Serviços de Saúde Locais; Comissões de Base de Saúde; Gestão e Administração Hospitalar.**

A maioria destes trabalhos foram realizados colectivamente e recolhem a experiência dos últimos anos acumulada por médicos, enfermeiros e outros trabalhadores da saúde e resultão de um debate dos próprios temas em muitas regiões do país.

Iniciativas

O último balanço antes do Encontro revelou que a semana que decorre registará ainda muitas iniciativas.

No Porto, onde dois plenários, com intervalo de uma semana, se realizaram para a discussão do documento base, destacou-se uma iniciativa unitária, no âmbito das comemorações do 25 de Abril, que teve a participação de 350 pessoas e se ocupou do Serviço Nacional de Saúde. Para ontem estava programada uma sessão pública na Faculdade de Engenharia do Porto, com a participação do camarada José Ernesto, deputado comunista.

No distrito de Setúbal previam-se, para esta semana, sessões em Alcácer, Setúbal, Grândola, Moita e Seixal. Nas sessões realizadas no distrito, houve ampla participação, conseguindo algumas delas a presença de dezenas e mesmo centenas de pessoas.

No Alentejo, onde os camaradas sublinham a necessidade de aprofundar os temas em debate mesmo para além do Encontro, continua o trabalho. Em Évora está marcada uma sessão para hoje, no Teatro Garcia de Resende. Prevê-se também outra sessão em Montemor-o-Novo. Em Beja, no passado sábado, realizou-se uma reunião distrital com trabalhadores de Saúde e membros de outras organizações – sindicatos, autarquias, etc. Participaram também algumas personalidades.

Foi divulgado o Encontro e debatidos problemas à volta do Serviço Nacional de Saúde e de trabalhadores rurais. Em Portalegre, para além de algumas reuniões e sessões de esclarecimento, divulga-se o documento-base do Encontro.

Na Beira Litoral, depois das nove reuniões realizadas em Coimbra, em que participaram largas dezenas de camaradas – prevendo-se mais três –, decorreu em Aveiro, uma reunião e está outra marcada para Viseu.

No distrito de Leiria, destaca-se o Encontro de Peniche, em que participaram cerca de 80 delegados e uma centena de convidados. Os médicos jovens do distrito têm mostrado grande interesse pelo Encontro Nacional. Houve em Leiria uma reunião com médicos, enfermeiros e outros trabalhadores da Saúde, a maioria não filiados no Partido.

Finalmente na região de Lisboa, registaram-se esforços para alargar a discussão, fazendo participar não comunistas. Houve três plenários de organização, com uma média de 330 presenças em cada um e continuam a fazer-se sessões públicas, tanto na cidade como nos concelhos limítrofes.

O horário do Encontro

Sábado, dia 10

Sessão Plenária de Abertura	9.30 – 11 h
Intervalo	11 – 11.30 h
Continuação da Sessão	11.30 – 13 h
Intervalo para almoço	13 – 15 h
Funcionamento por secções	15 – 17.30 h
Intervalo	17.30 – 18 h
Recomeço das secções	18 – 20 h

Domingo, dia 11

Sessão Plenária de Encerramento	9 – 10.30 h
Intervalo	10.30 – 11 h
Continuação da sessão	11 – 12.30 h

Os 400 do Alto da Ajuda

Mais de 400 camaradas foram para o terreno no passado fim-de-semana. Estamos a falar da última jornada de trabalho voluntário no Alto da Ajuda, que excedeu todas as expectativas, tanto na quantidade de voluntários que lá estiveram, como na qualidade do trabalho que produziram.

Para isso foi determinante a resposta a dois apelos de que nos fizemos eco na semana passada: a presença na Ajuda do maior número possível de camaradas e a sua organização prévia em brigadas de trabalho especializadas que permitissem a realização de uma cadeia de tarefas entre si ligadas.

A maior parte dos 400 camaradas era da região de Lisboa; isto, porém, não significa que o trabalho seja só para estes – até porque a Festa do «Avante!» é nacional. E, neste aspecto, um dos apoios dos camaradas doutras regiões constitui, além de uma «mãozinha» nada desprezível, um apoio moral significativo.

Que, aliás, já aconteceu: 11 camaradas da região de Évora passaram o fim-de-semana a trabalhar no Alto da Ajuda e 40 voluntários da região de Portalegre lá estiveram, durante todo o sábado, a trabalhar no duro como os outros, à imagem deste grande colectivo capaz de realizar uma iniciativa ímpar como é a Festa do «Avante!».

Sábado e domingo lá estamos!

Sábado e domingo que vem, lá vamos estar!

Seria bom que a ideia de as «brigadas de trabalho» irem já constituídas para o Alto da Ajuda se mantivesse, uma vez que está comprovado que isso facilita o trabalho.

Além disso, para este fim-de-semana vão ser precisos novos especialistas, que até aqui ainda não tinham sido solicitados: vão iniciar-se os trabalhos de **piquetagem,** termo técnico que designa o trabalho de marcar no terreno tudo o que depois vai ser o envolvimento material da Festa do «Avante!». Por isso, neste fim-de-semana, são precisos no Alto da Ajuda camaradas topógrafos ou desenhadores, ou então outros camaradas que, pelas suas profissões, sejam capazes de executar um trabalho deste tipo. É caso para dizer: aceita-se de tudo – engenheiros, agentes técnicos, arquitectos, etc. Em resumo: precisa-se, em grande quantidade, de camaradas que saibam ler plantas (desenhos e não as da natureza...) e saibam passar para o terreno.

Isto não quer dizer que os camaradas de outras profissões possam fazer «gazeta» a esta jornada de trabalho voluntário! Pelo contrário: continuamos a precisar de carpinteiros, canalizadores, electricistas, pedreiros, além de montadores de andaimes e «mão-de-obra não especializada»...

Um bom avanço para os trabalhos do terreno seria a possibilidade de camaradas ou organizações poderem levar para o Alto da Ajuda camionetas de carga. O problema é este: durante a semana há camionetas bastantes para transportarem para o terreno coisas que precisam de para lá ir mas não há mão-de-obra que dê vazão; aos fins-de-semana, o problema inverte-se – há mão-de-obra, mas o transporte é insuficiente. Vamos resolver o problema?

Uma rica imagem de um grande colectivo

O tempo não tem estado para graças! As chuvadas caídas nos últimos dias têm prejudicado os trabalhos da Festa do «Avante!» e afectado as condições em que se encontram aqueles camaradas que, para que o terreno esteja pronto a tempo e horas para a Festa, passam lá os dias e as noites.

Essas dezenas de camaradas, trabalhando e dormindo num ambiente de água e lama – e de algum frio à noite, porque de dia o trabalho é tanto que não dá para arrefecer – são para nós motivo de orgulho. E de exemplo.

É a primeira vez que temos que enfrentar as chuvas na construção da Festa do «Avante!». Trata-se de um facto novo, ao qual o nosso colectivo deve responder com um maior empenhamento. E as jornadas de trabalho voluntário, aos fins-de-semana, são uma ocasião propícia para levarmos aos camaradas do Alto da Ajuda a nossa solidariedade. Em forma de trabalho voluntário, claro!

Não é que a chuva assuste os comunistas. Lembremo-nos de que foi à chuva (e não era pouca) que realizámos o nosso primeiro grande comício no Campo Pequeno. Dessa jornada ficou-nos uma palavra de ordem, espontânea, que todos recordamos: «Daqui ninguém arreda pé!»

Do Alto da Ajuda também não. E quantos mais pés lá estiverem, mais rapidamente o trabalho avançará!

O 1.º Sorteio das EPs já deu 25 prémios

• *2.º Sorteio a 15 de Junho*

Na Festa da Amizade, realizada no passado fim-de-semana em Almada, teve lugar o 1.º sorteio da EP, que deu a conhecer os números das Entradas Permanentes da Festa do «Avante!» aos quais coube a primeira série de 25 prémios.

Ao mesmo tempo que divulgamos a lista dos números premiados, recordamos que o 2.º sorteio terá lugar no dia 15 de Junho e que, nisto das EPs, não convém deixar para amanhã a EP que já devia ter comprado ontem!

Eis a lista das 25 EPs premiadas no sorteio do passado domingo:

1 – uma tenda de campismo	120 437
2 – um fogão porta-bilha	166 341
3 – um aspirador	128 989
4 – uma batedeira	78 582
5 – uma fritadeira	169 522
6 – uma lanterna de gás	163 208
7 – uma mesa e 3 cadeiras de campismo	170 228
8 – um moinho de café	19 684
9 – uma balança de casa de banho	99 277
10 – «uma iogurteira	170 816
11 – livros CDL no valor de 1000$00	148 311
12 – livros CDL no valor de 1000$00	91 379
13 – livros CDL no valor de 1000$00	20 111
14 – livros CDL no valor de 1000$00	96 773
15 – livros CDL no valor de 1000$00	75 522
16 – livros CDL no valor de 500$00	171 310
17 – livros CDL no valor de 500$00	143 734
18 – livros CDL no valor de 500$00	174 985
19 – livros CDL no valor de 500$00	158 277
20 – livros CDL no valor de 500$00	120 213
21 – uma assinatura da revista «Vida Soviética»	158 275
22 – uma assinatura da revista «Vida Soviética»	97 682
23 – uma assinatura da revista «Vida Soviética»	74 816
24 – uma assinatura da revista «Vida Soviética»	132 201
25 – uma assinatura da revista «Vida Soviética»	145

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Documento da reunião plenária
do Comité Central
do Partido Comunista Português
de 3 de Maio de 1980

O PCP COM O POVO NA DEFESA DO PORTUGAL DE ABRIL

•

A SITUAÇÃO INTERNACIONAL A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO E A ACTIVIDADE INTERNACIONAL

O PCP COM O POVO NA DEFESA DO PORTUGAL DE ABRIL

No dia 3 de Maio, realizou-se uma reunião plenária do Comité Central do Partido Comunista Português.

O CC examinou a situação decorrente da operação subversiva que visa a liquidação do regime democrático a partir da actuação inconstitucional e ilegal do governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral da maioria conjuntural da «AD» na Assembleia da República.

Salientando os perigos reais de tal situação, o CC fez um balanço do impetuoso e poderoso ascenso da luta operária e popular, dos primeiros desaires do governo reaccionário e concluiu que o povo português está em condições de cortar o passo à reacção, defender as conquistas de Abril, provocar a demissão do governo, derrotar os partidos reaccionários nas próximas eleições, garantir uma viragem democrática na política portuguesa e assegurar assim a defesa e a continuidade do regime democrático consagrado na Constituição.

O CC examinou as grandes tarefas do momento presente, e definiu linhas gerais relativas às eleições, às Forças Armadas e à revisão constitucional.

O CC insistiu na necessidade de ulterior desenvolvimento da luta e da acentuação do fluxo de acção de massas.

O CC sublinhou a necessidade e a urgência da unidade dos democratas e patriotas e expressou a prontidão do PCP a examinar com outras forças democráticas, designadamente com o PS, as possibilidades de entendimento e acção comum ou convergente.

Salientando o papel necessário, indispensável e insubstituível do PCP na democracia portuguesa, o CC indicou as grandes iniciativas do PCP nos tempos próximos e expressou a confiança em que a reacção será derrotada e o regime democrático triunfará.

3/PCP

1

A operação subversiva da «AD» continua

1. Procedendo ao exame da actuação do governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral e da conjuntural e precária maioria da «AD» na Assembleia da República, o CC confirmou que o PPD, o CDS e as forças reaccionárias suas aliadas desenvolvem uma **operação subversiva contra o regime democrático que escalonada em operações sucessivas (destruição pela acção do governo das principais conquistas da revolução, nova lei eleitoral, referendo, revisão inconstitucional da Constituição), corresponderia, se levada a cabo, a um verdadeiro golpe de Estado.**

2. O governo e a frágil maioria «AD» na Assembleia da República lançou-se arrogantemente numa política que viola em cada acto e em cada decisão a Constituição, a legalidade, os princípios e normas mais elementares da vida democrática. Ataca todas as conquistas do povo português e todas as transformações democráticas alcançadas. A política do governo não visa resolver nenhum problema do País e do povo. Visa apenas restaurar a desenfreada exploração capitalista do tempo do fascismo, destruir as nacionalizações, destruir a Reforma Agrária, limitar e espartilhar as liberdades e direitos dos cidadãos, destruir, em resumo, o regime e instaurar uma nova ditadura.

3. **Na sua ofensiva para restaurar a desenfreada exploração do tempo do fascismo** e lançar para cima dos ombros dos trabalhadores o maior peso da crise que a sua própria política provoca, o governo Sá Carneiro congelou contratos colectivos já negociados, esvaziou ainda mais o «cabaz de compras», aumentou os preços dos bens essenciais (pão, açúcar, azeite, carne, peixe, ovos, combustíveis), declarou «empresas em situação económica difícil» com o fim de limitar os legítimos direitos dos trabalhadores, promoveu e sancionou despedimentos e arbitrariedades patronais, revê horários de trabalho, generaliza os «contratos a prazo».

Manipulando números e promessas, o governo transforma o Orçamento Geral do Estado num mecanismo da sua política de restauração capitalista e de intensificação da exploração dos trabalhadores e de todas as camadas não monopolistas da população. A sua aplicação levará a uma distribuição mais injusta do rendimento disponível nacional em favor da acumulação capitalista. A nova política anunciada e a redução de alguns impostos não passam de grosseira manobra demagógica, pois quem mais ganhará com tais reduções serão as camadas sociais de rendimentos mais elevados; o défice do Orçamento será o maior de sempre e o défice da balança de transacções correntes poderá subir acima de 1 bilião de dólares.

4. **Na sua ofensiva contra as nacionalizações** o governo não só dificulta o saneamento económico-financeiro das empresas públicas como ataca directamente os sectores nacionalizados, insiste em querer impor leis inconstitucionais que visam abrir ao capital privado sectores nacionalizados como a banca, os seguros, os cimentos e os transportes, revoga a lei 77/78 que condicionava a alienação dos bens das empresas públicas e das participações estatais.

5. **Na sua ofensiva contra a Reforma Agrária**, o governo multiplica as actuações abertamente ilegais, arbitrárias e brutais, não respeitando sequer os limites da celerada lei Barreto, e desencadeia um processo de descarado roubo de terras, gados e máquinas, de verdadeira pilhagem de bens e recursos, de uso sistemático da repressão, de espancamentos e brutalidades, com o objectivo de destruição total da Reforma Agrária e da restauração do latifúndio.

O CC chama a atenção para a grande manobra demagógica do governo agora em curso, procurando fazer esquecer a entrega aos agrários de 300 000 ha e encobrir a restauração dos latifúndios e do poder dos latifundiários através da entrega a título precário a alguns pequenos agricultores e mercenários, de terras roubadas às UCPs/Cooperativas.

6. **Na sua ofensiva contra as liberdades e direitos dos cidadãos,** o governo Sá Carneiro toma de assalto a Comunicação Social, coloca gente do PPD e CDS nas Comissões Administrativas da RTP, RDP, ANOP, EPNC e EP do «Diário Popular», considera a RDP e a EPNC «empresas em situação económica difícil», estimula processos de censura prévia e protege a recusa da RTP a assegurar o direito de antena, afasta os trabalhadores da gestão da Previdência, recusa-se a cumprir a lei das Comissões de Trabalhadores, não permitindo que os gestores eleitos pelos trabalhadores tomem posse dos seus cargos, anuncia a revisão da legislação laboral, designadamente as leis de greve e das associações sindicais, utiliza de forma crescente as forças repressivas da GNR e da PSP.

7. O CC salienta que a **actuação inconstitucional do governo não se verifica apenas na política interna mas também na política externa.**

Violando os princípios constitucionais, o governo cola-se servilmente à política dos círculos mais

agressivos do imperialismo e da NATO, empreende uma política ferozmente anti-soviética, compromete as relações de amizade e cooperação com os novos Estados africanos, pretende precipitar a integração no Mercado Comum em condições ruinosas para a economia portuguesa e gravosas da independência nacional.

8. A par da ofensiva brutal contra as conquistas de Abril, contra o regime democrático, contra a Constituição, o governo PPD/CDS desencadeou **uma vergonhosa campanha demagógica**, atribuindo a si próprio realizações e medidas de governos anteriores, adiantando promessas mentirosas, fazendo pequenas concessões de carácter precário, beneficiando grupos de apaniguados apresentados como camadas sociais, aumentando exageradamente preços para passados tempos propagandear baixas insignificantes.

O CC alerta o povo português para a ofensiva demagógica do governo Sá Carneiro e sublinha a necessidade de lhe dar pronto combate através da informação e do esclarecimento.

9. A existência num regime democrático de um governo que anuncia abertamente o seu plano de destruí-lo, é uma situação anómala que precisa de ser prontamente corrigida.

O CC sublinha que se impõe o uso de todos os meios constitucionais para cortar o passo à ofensiva e aos planos reaccionários para pôr pronto fim a uma tal situação, para correr os partidos reaccionários do Poder e para impor finalmente uma viragem democrática na política portuguesa.

2

A força do movimento operário e popular

1. **A resistência popular à ofensiva reaccionária do governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral atinge uma amplitude e uma unidade sem precedentes.**

O CC saúda a classe operária e as massas populares, saúda todos os portugueses e portuguesas que com a sua firme determinação e a sua luta estão dando adequada e poderosa resposta à actuação inconstitucional, ilegal e subversiva do governo reaccionário.

As lutas de massas, realizadas rigorosamente no quadro da legalidade democrática, constituem a principal barreira ao avanço e aos planos da reacção. **O seu desenvolvimento acabará por determinar uma viragem democrática na política portuguesa.**

2. O CC deu um balanço às lutas de massas e concluiu que se vive **um novo e impetuoso fluxo de acção popular.**

Centenas de milhares de portugueses, em manifestações e concentrações, exigem o fim da ofensiva reaccionária e uma mudança de política. A palavra de ordem «Sá Carneiro para a rua!», gritada nas grandes manifestações de massas realizadas em dezenas de localidades (só as manifestações do dia 19 de Abril – com particular relevo para as grandiosas manifestações de Lisboa e Porto – tiveram lugar em 21 localidades) traduz os anseios das massas populares numa mudança democrática. A luta contra o aumento do custo de vida tornou-se uma das principais direcções de luta das massas populares e em particular das mulheres, as quais desempenham um papel muito activo.

Cerca de 1 milhão e 500 mil trabalhadores (1 milhão e 100 mil dos quais tiveram que recorrer à greve) lutam pelo direito à contratação, pela melhoria dos salários reais.

O CC salienta que foi a recusa do governo e do patronato a satisfazerem as legítimas reivindicações dos trabalhadores que levou à greve dos trabalhadores químicos, da metalurgia, da panificação, da CP, da RN, da RDP, da Portucel, dos CTT, da Função Pública, da Petrogal e muitas outras empresas, abrangendo vários sectores económicos.

A intensificação da repressão patronal a nível das empresas, atingindo fundamentalmente os activistas sindicais e das Comissões de Trabalhadores gera conflitos crescentes. Só nos primeiros 3 meses de vigência do actual governo travaram-se lutas em cerca de 500 empresas, o que já representa cerca de 40% de todas as lutas travadas a nível de empresa durante o ano de 1979.

Os reformados e pensionistas lutam pela actualização das suas pensões de reforma. Os trabalhadores da informação lutam contra a declaração em crise de empresas do sector, contra os saneamentos e a censura e pelo direito a uma informação democrática.

3. Na luta popular contra a actuação ilegal e criminosa do governo reaccionário, **a resistência heróica dos trabalhadores agrícolas da Reforma Agrária** assume uma importância de primeiro plano.

Os trabalhadores da Reforma Agrária actuam no quadro da Constituição, da legalidade democrática, das liberdades e direitos consagrados na Constituição.

A oposição em massa às actuações inconstitucionais, ilegais e arbitrárias do governo, as concentrações, manifestações, paralisações e greves; as iniciativas para cuidar das searas

e culturas em terras ilegalmente arrancadas às UCPs/Cooperativas e ilegalmente entregues aos agrários; os legítimos esforços para recuperar máquinas e gados roubados, constituem um poderoso movimento de resistência popular sem o qual há muito a Reforma Agrária teria sido destruída.

O CC do PCP saúda calorosamente os trabalhadores da Reforma Agrária, certo de que com a sua luta heróica, que continua, a Reforma Agrária vencerá.

4. O CC deu um balanço às acções de solidariedade activa da classe operária e das massas populares para com a Reforma Agrária.

A grandiosa jornada realizada nos dias 25, 26 e 27 de Março de Norte a Sul do País, mostra a enorme vitalidade, determinação e confiança do movimento operário e popular.

O CC do PCP saúda calorosamente as centenas de milhares de trabalhadores e democratas que, em 422 paralisações, 747 plenários e reuniões, em 70 manifestações e concentrações, expressaram o seu mais vivo repúdio pela política do governo e a sua determinação, através de uma impressionante jornada de luta, em defender o regime democrático, em defender a Reforma Agrária.

5. **A luta de massas tornou-se vital para a defesa das conquistas de Abril** das liberdades e do regime. Nos últimos 90 dias, ou seja, desde que o governo lançou a ofensiva contra os trabalhadores ao congelar 40 convenções colectivas, quase não passou um só dia em que os trabalhadores não tivessem que recorrer à greve e a outras formas de luta para garantir os seus interesses.

6. **O impetuoso ascenso e a diversidade das lutas dos trabalhadores representam na actualidade um salto qualitativo do movimento sindical e operário** e traduzem a sua alta consciência política e de classe. **As greves**, constituindo uma arma fundamental de luta, crescem em número, tornam-se mais prolongadas, abarcam simultaneamente vários sectores, conhecem grande grau de adesão (100% na CP, 97% na RN, 98% nos pescadores de Peniche e 100% nos do Algarve, 70% na RDP) e conjugam-se com outras formas de acção (concentrações, manifestações, abaixo-assinados, pressão junto dos órgãos do Poder, etc.). **As manifestações de rua** ganham grande amplitude, elas são o prolongamento das lutas travadas nas fábricas, nos campos e nos escritórios. A greve dos metalúrgicos foi acompanhada de 12 manifestações de rua. Igual caminho seguiram os trabalhadores da Comunicação Social, da Função Pública, da Petrogal, Bancários e outros.

7. A luta popular de massas desenvolve-se, praticamente em todos os sectores sociais. Desenvolvem-se os movimentos das mulheres e da juventude, os movimentos dos pequenos e médios agricultores, os movimentos de intelectuais e quadros técnicos, os movimentos dos pequenos e médios comerciantes e industriais, os movimentos dos reformados e dos deficientes, e outros grandes movimentos de massas.

8. A vastíssima e impetuosa acção operária e popular dos últimos meses culminou na fase actual com a **adesão popular generalizada às comemorações do 25 de Abril** e com a **grandiosa jornada do 1.º de Maio**, no qual participaram mais de um milhão de portugueses em manifestações e concentrações em mais de 70 localidades – com particular relevo para os poderosos desfiles e concentrações de Lisboa e Porto com muitas centenas de milhar de participantes.

A classe operária e as massas trabalhadoras em geral demonstraram na acção que as forças da democracia estão em condições de cortar o passo à reacção, de defender as conquistas de Abril, de assegurar a continuação do regime democrático português.

3

Primeiros desaires do governo PPD/CDS

1. A resistência à política e à actuação do governo PPD/CDS e o funcionamento das instituições começam a entravar de facto a operação subversiva das forças reaccionárias.

2. O CC verifica que a luta firme e poderosa da classe operária e de todos os trabalhadores tem feito recuar o governo Sá Carneiro em numerosos casos.

O governo bloqueara 40 convenções e acordos colectivos de trabalho. Mas pela poderosa resposta das massas foi obrigado a recuar a aceitar finalmente o seu depósito, embora ainda não tenha publicado duas (TAP e EPAL).

O governo anunciou o aumento das tarifas dos transportes. Mas, pela poderosa acção de massas, ainda não concretizou os aumentos.

O governo declarou a Sorefame «em situação económica difícil». Mas, pela luta dos trabalhadores, foi obrigado a levantar tal declaração.

O governo declarou a Rodoviária Nacional em «situação económica difícil». Mas pela poderosa luta de massas, admitiu tê-lo feito por «erro técnico», admitiu o pagamento retroactivo da nova tabela salarial, reabriu as negociações das diuturnidades que declarou concluídas e recuou quanto aos horários de trabalho.

O governo anunciou medidas de excepção em relação a empresas de transportes (CP, CTM, TAP) mas, dada a luta das massas, ainda as não concretizou, e, no que respeita aos ferroviários, foi forçado a acordar um caderno reivindicativo com a Federação Sindical.

O governo promoveu a substituição das chefias de redacção do «Diário Popular», mas em face da luta dos jornalistas, ainda as não conseguiu impor.

Em muitos outros casos (pescadores de Peniche, Petrogal, etc.) o governo foi colocado numa posição defensiva e faz os primeiros, embora ligeiros, recuos.

Significativo dos recuos a que o governo tem sido obrigado é o facto de que mais de 25 greves foram desconvocadas pelos trabalhadores, por terem, entretanto, sido satisfeitas as suas reivindicações.

3. Na zona da Reforma Agrária a brutal e criminosa ofensiva continua. Mas os trabalhadores, com a sua luta heróica, têm entravado a ofensiva, têm recuperado bens que lhes foram roubados, têm colhido os produtos que semearam, têm cuidado de searas em reservas ilegais e têm feito as culturas.

É também significativo que os tribunais estejam, em casos repetidos, a dar razão aos trabalhadores contra as decisões ilegais e arbitrárias do governo PPD/CDS, declarando nulos certos despachos ou decidindo a suspensão da sua execução.

4. **O funcionamento normal das instituições democráticas** provoca também os primeiros desaires ao governo PPD/CDS em matéria legislativa.

A declaração, duas vezes seguidas, pela Comissão Constitucional e pelo Conselho da Revolução, da inconstitucionalidade das leis do governo que pretendiam abrir ao capital privado a banca, os seguros e outros importantes sectores, constitui um sério golpe nos planos subversivos da «AD» e uma prova que as instituições democráticas, funcionando regularmente, estão em condições de defender o regime.

5. Na **Assembleia da República**, a rejeição por maioria da oposição da proposta governamental de alteração à lei do recenseamento, a aprovação da suspensão dos trabalhos da reunião plenária durante a greve dos trabalhadores da função pública, são alguns dos revezes que o Governo tem experimentado no plano parlamentar e que põem em evidência a exiguidade da maioria da aliança reaccionária na Assembleia.

A derrota da proposta do Governo de alteração à lei do recenseamento reveste-se de um importante significado político, pois representa a queda da primeira tentativa legislativa do projecto de mascarada eleitoral que o governo arquitectou. Ao tentarem levá-la de novo à Assembleia da República através de um projecto de lei dos partidos da aliança reaccionária, estes e o governo Sá Carneiro entram mais uma vez pelo caminho de flagrante inconstitucionalidade.

6. Nos **Conselhos de Informação** o governo vê postas em causa decisões por ele inspiradas como a recusa de aplicação do direito de antena na RTP, medidas de censura e repressivas contra profissionais nos órgãos de comunicação social estatizados.

4

Três grandes tarefas na situação actual

1. Existem as condições objectivas e subjectivas fundamentais para derrotar os planos da reacção e assegurar a continuação do Portugal de Abril.

2. O CC sublinha que, na situação actual, se colocam aos trabalhadores e a todos os democratas e patriotas **três grandes tarefas**:

1.º **Resistir com firmeza,** fundamentalmente com a luta de massas e com a acção política nas mais diversas formas, **à ofensiva inconstitucional e ilegal do governo da «AD»** contra os direitos dos trabalhadores, a Reforma Agrária, as nacionalizações e as outras conquistas de Abril.

2.º **Assegurar o funcionamento das instituições democráticas,** obrigando ao cumprimento da Constituição, impedindo leis, decisões e actos inconstitucionais, recorrendo aos Tribunais, impedindo ilegalidades, exercendo as liberdades e direitos dos cidadãos, fazendo observar a ordem democrática, inutilizando quaisquer tentativas reaccionárias para provocarem um impasse das instituições, impedindo a desestabilização do regime.

3.º **Alcançar uma grande vitória democrática nas próximas eleições para a Assembleia da República,** para o que urge orientar, desde já, com essa perspectiva e com dinamismo e confiança, o trabalho político, a acção de esclarecimento e de propaganda, o esforço organizativo.

Estas três grandes tarefas são complementares e indivisíveis. Nenhuma delas se pode considerar isoladamente. Designadamente, uma vitória eleitoral das forças democráticas depende do êxito na firme resistência de massas e na luta para assegurar o funcionamento das instituições.

5

Demissão do governo de Sá Carneiro

1. As lutas de massas e as mais variadas formas de resistência e de acção política, a defesa do funcionamento das instituições e uma vitória democrática nas próximas eleições são tarefas que, levadas a cabo, significarão o fim do governo Sá Carneiro e da maioria «AD» na Assembleia da República.

Mas, dado que se trata de um governo fora-da-lei, subversivo e golpista, a sua permanência até essa altura representaria um verdadeiro flagelo nacional e um perigo constante para a democracia.

2. Examinando a situação política criada pela actuação do governo Sá Carneiro, o CC concluiu pela urgência da sua demissão como um imperativo democrático e patriótico.

Primeiro: a demissão do governo Sá Carneiro é urgente porque o governo está já destruindo o regime democrático, porque toca as raias da rebeldia a sua afronta à legalidade e às instituições, porque viola ostensivamente a Constituição e as leis, porque insiste com arrogância em não acatar a declaração de inconstitucionalidade pela Comissão Constitucional e pelo Conselho da Revolução da lei de delimitação dos sectores público e privado, porque desrespeita as decisões dos Tribunais, porque toma decisões arbitrárias e ilegais para destruir as conquistas de Abril, porque anuncia abertamente o seu plano de liquidação do regime democrático.

Segundo: a demissão do governo Sá Carneiro é urgente porque quanto mais tempo prosseguir a sua política de ruína económica e de destruição das conquistas de Abril, mais se agravarão as condições de vida da população e maiores serão os prejuízos suportados pelos trabalhadores e pelas restantes camadas laboriosas.

Terceiro: a demissão do governo Sá Carneiro é urgente porque o governo não assegura a realização de eleições democráticas, antes procura transformá-las numa mascarada eleitoral, através duma nova lei eleitoral antidemocrática, de chapeladas que prepara nos consulados, do recurso crescente à repressão, da monopolização dos órgãos de comunicação social postos ao serviço da desinformação e da intoxicação da opinião pública pelos partidos do governo. A existência do governo Sá Carneiro na altura das eleições poria em causa o carácter democrático das eleições.

3. **A demissão de Sá Carneiro é urgente para a defesa do regime democrático e para assegurar a realização de eleições democráticas para a Assembleia da República.**

6

Eleições para a Assembleia da República

1. O CC examinou os problemas relativos às eleições para a Assembleia da República que deverão realizar-se em Setembro ou Outubro do ano corrente.

O CC considera que **as eleições revestem uma importância determinante para a vida nacional nos anos próximos.**

É dever de todas as forças democráticas tudo fazer para assegurar a derrota da reacção e a vitória da democracia nas eleições para a Assembleia da República.

2. As forças reaccionárias têm verdadeiro medo das eleições. Sabem que muitos daqueles que votaram na «AD» já se desiludiram com o governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral. Sabem que, realizando-se eleições livres, não conseguirão alcançar novamente a maioria na Assembleia da República. Pretendem por isso impedir a realização de eleições democráticas, preparando e organizando uma verdadeira mascarada eleitoral.

3. A **nova lei eleitoral**, que a aliança reaccionária pretende impor, transformaria as eleições numa fraude gigantesca, uma vez que com tal lei os partidos reaccionários, mesmo perdendo (como é de esperar) centenas de milhares de votos, teriam grandes possibilidades de conservar a maioria na Assembleia da República.

Violando os princípios da proporcionalidade e da pessoalidade do voto, diminuindo o número de deputados a eleger no território nacional (no concreto

diminuiriam os deputados da APU e do PS), aumentando o número de círculos eleitorais, aumentando os deputados a eleger pela emigração, dando votos a estrangeiros, organizando uma falsificação monstruosa com os votos do estrangeiro sem qualquer fiscalização, estabelecendo o monopólio reaccionário na TV, na Rádio e noutros meios de comunicação social estatizados –, a aliança reaccionária pretende que Portugal regresse às práticas «eleitorais» da ditadura fascista dando um passo decisivo para a liquidação do regime democrático.

4. O PCP lutará infatigavelmente pela manutenção da actual legislação eleitoral e a realização de eleições livres.

Tendo em conta os métodos usados pelas forças reaccionárias nas eleições de Dezembro de 1979 (manipulações da opinião pública, coacção física, económica, moral e religiosa), o CC alerta contra a repetição de tais processos, apela ao reforço da fiscalização do acto eleitoral e à luta para que sejam asseguradas condições democráticas nas próximas eleições.

5. Para as forças democráticas, para o PCP, **ganhar as próximas eleições é um imperativo de importância primacial e capital.**

O CC indica desde já **dois objectivos fundamentais** das forças democráticas nas próximas eleições para a Assembleia da República:

1.° Reduzir novamente os partidos reaccionários a uma minoria na Assembleia da República.

2.° Aumentar o número de deputados do PCP e da APU no seu conjunto, factor indispensável para derrotar a direita e para que a maioria numérica de deputados dos partidos democráticos se torne numa real maioria política que sirva de suporte na Assembleia à formação de um governo democrático.

6. O CC salienta a necessidade de que todas as forças democráticas (e não só o PCP e o MDP) com energia, dinamismo e confiança, desenvolvam desde já intensa actividade para preparar e possibilitar a vitória democrática nas próximas eleições.

O CC vê com apreensão a relativa apatia do PS e reprova o seu objectivo eleitoral de «travar o crescimento da APU», proclamado pela sua Comissão Nacional. A insistência numa tal política só poderá favorecer a reacção e dificultar uma vitória democrática.

Face aos perigos da actual situação e ao carácter decisivo das próximas eleições, **o CC sublinha a necessidade de um entendimento entre todos os democratas, designadamente de socialistas e comunistas, para tornar segura a vitória dos partidos democráticos.**

7. **A concorrência de grupos esquerdistas** (designadamente aqueles que se agrupam com Otelo Saraiva de Carvalho), sem significativas possibilidades de eleger deputados, só poderá ajudar à eleição de alguns deputados reaccionários, como sucedeu em 1979 nos círculos de Castelo Branco, Portalegre, Braga, Viseu e Porto. As eleições de 1979 (em que os grupos esquerdistas alcançaram no País o total de cerca de 200 mil votos e elegeram apenas um deputado) mostraram que o papel objectivo dos grupos esquerdistas é procurar suster o avanço do PCP e da APU e facilitar a eleição de deputados da «AD». Candidaturas esquerdistas serão factores de divisão que só favorecem a direita.

O CC apela aos portugueses e portuguesas para que se não deixem enganar pelos demagogos pseudo-revolucionários.

8. **O PCP tem de preparar-se desde já para as eleições.** O CC foi informado das conversações em curso com o MDP com vistas à concorrência da APU às eleições para a Assembleia da República.

O CC congratula-se pelos acordos já realizados com o MDP e que serão anunciados em breve pelos dois partidos.

9. A APU constitui uma coligação, aberta a democratas de variadas tendências, designadamente de democratas independentes, que tal como em 1979, deverão fazer largamente parte das listas de candidatos.

Cabe à APU imprimir uma dinâmica unitária ao processo pré-eleitoral.

10. Sendo formalizado dentro de dias o acordo eleitoral com o MDP, o **CC indica a todo o partido a necessidade de proceder no imediato a um intenso trabalho organizativo em cada freguesia e concelho, formando por toda a parte, a partir de agora, Comissões Eleitorais da APU, abertas a pessoas de qualsquer tendências democráticas.**

São **tarefas imediatas das Comissão Eleitorais:**

1.° A actualização do recenseamento a ter lugar no decurso do mês de Maio.

2.° A escolha e preparação dos delegados da APU nas assembleias e secções de voto, de modo a garantir uma correcta e eficiente fiscalização eleitoral.

11. No seguimento da decisão da reunião plenária do CC de 25 de Janeiro, **o CC resolveu fixar para 14 de Junho a data da Conferência Nacional do PCP que inscreve na ordem de trabalhos a preparação do Partido para as eleições.**

9/PCP

7

Eleições presidenciais

1. O CC examinou problemas relativos a eleições presidenciais que deverão realizar-se em Dezembro.

O CC salienta que, realizando-se as eleições para a Assembleia da República mais de dois meses antes das eleições para a Presidência da República, é o resultado das primeiras que influenciará as segundas.

O resultado das eleições para a Assembleia da República determinará inevitavelmente importantes ajustamentos das candidaturas e campanhas para a Presidência da República.

2. O lançamento pelos partidos reaccionários da candidatura do general Soares Carneiro para a Presidência da República tem como objectivos:

1.° Concentrar as atenções nas eleições para a Presidência da República e iludir assim a importância decisiva das eleições legislativas, nas quais a «AD» receia ser derrotada.

2.° «Ocupar terreno» no que respeita a candidaturas militares, procurando dificultar a apresentação de outras candidaturas.

3.° Abrir um novo processo de desestabilização militar.

A escolha para candidato da «AD» de uma personalidade estreitamente ligada ao regime fascista e que até hoje manteve permanente hostilidade para com o 25 de Abril, caracteriza bem a política e os planos antidemocráticos do governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral.

3. O CC sublinha que a grande tarefa das forças democráticas é derrotar o candidato da «AD» e eleger um Presidente fiel aos princípios constitucionais.

Para tal é de grande importância, além de uma correcta avaliação dos sentimentos das Forças Armadas, um entendimento entre as forças democráticas (designadamente do PCP e do PS) acerca do candidato a eleger, de forma a assegurar a sua eleição.

4. O anúncio da candidatura de Otelo Saraiva de Carvalho, que não tem quaisquer possibilidades de ser eleito, e a propaganda radicalista e pseudo-revolucionária que a acompanha, aparece com um significado divisionista que beneficiará apenas o candidato ou candidatos da reacção.

5. Considerando a eleição do Presidente da República ligada à estabilidade do regime democrático e ao funcionamento normal das instituições, o CC julga necessário adiantar desde já três considerações:

1.° A instabilidade do regime democrático, a política subversiva e golpista dos partidos reaccionários e a intervenção de facto das Forças Armadas na vida política podem indicar vantagens da eleição para a Presidência da República de um militar pronto a cumprir e a defender a Constituição e o regime democrático, embora não seja de excluir a eleição de um civil.

2.° O Presidente da República deve ser eleito para cumprir a Constituição (como é seu dever) e não ligado à revisão constitucional como pretende a reacção para dar inconstitucionalmente carácter plebiscitário à eleição.

3.° Para o desempenho das suas funções, a estabilidade constitucional e a garantia de alternativas democráticas, o Presidente da República a eleger não deverá ser um homem ao serviço de qualquer política partidária.

6. Embora a primeira grande batalha eleitoral a travar sejam as eleições para a Assembleia da República, o CC considera necessário adiantar rapidamente trocas de opiniões com os sectores democráticos e patrióticos a fim de se assentar numa orientação que assegure a derrota do candidato da reacção e a vitória democrática e constitucionalista nas eleições presidenciais de Dezembro.

7. O CC encarregou a Comissão Política de estudar todas as questões relativas à apresentação de uma candidatura promovida pelo PCP.

8

As Forças Armadas no regime democrático

1. No quadro da situação política, da conjuntura actual e da ofensiva subversiva e desestabilizadora desencadeada pelo governo e pela maioria reaccionária conjuntural na Assembleia da República, o CC examinou o papel das Forças Armadas no regime democrático português.

2. O CC alerta contra as manobras desestabilizadoras conduzidas pelos partidos reaccionários do governo, contra a instrumentalização partidária e de classe das Forças Armadas e de forças militarizadas (GNR e Polícia de Intervenção).

As Forças Armadas servem o País e não o governo. A unidade e estabilidade das Forças Armadas são factor de elevada importância para o funcionamento das instituições e a normal vida política.

3. Confirmando as conclusões do IX Congresso do Partido, o CC salienta que a presença das Forças Armadas na vida política portuguesa é uma situação real – uma situação de facto e também uma situação de direito consagrada na Constituição.

O CC insiste em que, para garantia do regime e da legalidade, uma tal presença deve continuar institucionalizada, garantindo a vinculação das Forças Armadas ao 25 de Abril, às suas conquistas, ao regime democrático, ao cumprimento da Constituição, à integridade territorial e à independência nacional.

9

Constituição e revisão constitucional

1. O CC sublinha a importância vital da Constituição da República na consolidação e prosseguimento do regime democrático.

O ataque global e subversivo das forças reaccionárias (designadamente do PPD e do CDS) contra o regime democrático toma como alvo final destruir a Constituição da República. A defesa do regime democrático é inseparável da defesa da Constituição.

2. A Assembleia da República a eleger nas próximas eleições terá poderes de revisão constitucional. Mas qualquer revisão terá obrigatoriamente de conformar-se com os limites materiais e as normas que a própria Constituição estabelece.

O CC recorda uma vez mais que (segundo o artigo 290 da Constituição) qualquer revisão constitucional terá de respeitar, entre outras características e princípios fundamentais do regime democrático (que as forças reaccionárias hoje no governo procuram destruir) os seguintes: *a*) os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos; *b*) os direitos dos trabalhadores, das comissões de trabalhadores e das associações sindicais; *c*) o princípio da apropriação colectiva dos principais meios de produção e solos, bem como os recursos naturais e a eliminação dos monopólios e dos latifúndios; *d*) o sistema de representação proporcional; *e*) a separação e a interdependência dos órgãos de soberania; *f*) a autonomia das autarquias locais; *g*) a autonomia político-administrativa dos arquipélagos dos Açores e da Madeira.

O CC recorda também que (segundo o artigo 286) quaisquer alterações da Constituição terão de ser aprovadas por maioria de dois terços dos deputados.

Só nesses termos a revisão constitucional é legal e legítima.

3. O proclamado plano da aliança reaccionária de não respeitar os limites da revisão constitucional, de destruir a Constituição e liquidar o regime é em si mesmo um plano ilegal, subversivo e golpista.

O propósito também anunciado pelos partidos reaccionários de instituir o referendo, forma de consulta eleitoral igualmente inconstitucional, completa o quadro do plano subversivo.

Para impedir a consumação de tal plano são legítimas, justas e patrióticas todas as formas de oposição e resistência, que o próprio regime democrático expressamente consagra.

4. O CC confirma que o PCP é favorável à revisão constitucional da Constituição, seja por virtude do termo de medidas temporárias, seja pela necessidade de melhor acerto de algumas disposições que a experiência mostrou não estarem devidamente articuladas.

A seu tempo, o PCP apresentará propostas nesta matéria. Entende, porém, o CC, ser necessário desde já definir alguns pontos essenciais.

5. No que respeita aos órgãos de Poder, o CC do PCP pronuncia-se firmemente pelos princípios seguintes:

1.º manutenção da interdependência, equilíbrio e complementaridade dos órgãos de Poder, no quadro de um sistema misto como o actual, evitando quaisquer alterações de fundo tendentes a transformar o regime democrático português num regime presidencialista ou parlamentarista;

2.º caso desapareça o Conselho da Revolução (o que o PCP não considera obrigatório) transferência das suas competências fundamentais por outros órgãos, existentes ou a criar, que permita a continuação legítima e necessária dos militares de Abril em órgãos de soberania;

3.º reforço dos poderes da Assembleia da República perante o governo, como o reforço da reserva absoluta de competências, o condicionamento de autorizações legislativas e o estabelecimento de uma hierarquia dos actos legislativos, com supremacia das leis da Assembleia da República.

6. A batalha política que se está a travar contra o governo e os planos da aliança reaccionária é a batalha da democracia, a batalha do regime, a batalha da Constituição.

Assegurar a Constituição em vigor é assegurar a continuidade da liberdade e da democracia em Portugal.

10

Unidade e acção das massas populares

1. **O CC salienta o carácter decisivo para uma viragem democrática da luta operária e popular** por reivindicações concretas e imediatas das massas trabalhadoras, em defesa dos direitos e liberdades, em defesa da Reforma Agrária, das nacionalizações, do controlo operário, do regime democrático e da independência nacional, pela demissão do governo reaccionário PPD/CDS e por uma viragem democrática.

2. **O CC proclama a necessidade e a perspectiva do prosseguimento e de novos desenvolvimentos da luta de massas.** A classe operária, a classe mais revolucionária, organizada e combativa, está no centro das lutas contra a política do governo. O aumento do custo de vida continuará a mobilizar milhares e milhares de trabalhadores, em particular as mulheres. As tentativas do patronato e do governo de congelarem na prática a contratação colectiva, de imporem o tecto salarial, de anularem regalias adquiridas, terão a resposta adequada. O boicote à contratação e negociação em vários sectores (Químicos, Função Pública, Metalúrgicos, CTT, entre outros) continuarão a mobilizar centenas de milhares de trabalhadores.

3. A luta em defesa da Reforma Agrária continuará firmemente, resistindo legal e legitimamente às medidas violentas, ilegais e arbitrárias do governo, lutando pela recuperação o mais rapidamente possível das terras, das máquinas, dos gados e outros bens roubados às UCPs/Cooperativas, continuando o trabalho produtivo apesar da ofensiva criminosa do governo e desmascarando a manobra ilegal e demagógica do governo Sá Carneiro que procura esconder a restauração dos latifúndio por detrás de «contratos de uso privativo da terra» pelos quais entregará a título precário a alguns pequenos agricultores e a mercenários terras roubadas às UCPs/Cooperativas, para mais tarde as entregar aos latifundiários.

O CC sublinha que **a defesa da Reforma Agrária continua sendo uma das principais frentes da luta em defesa do regime democrático.** O movimento de solidariedade para com a Reforma Agrária deve manter-se e reforçar-se.

4. **As organizações de classe adquirem capital importância no fluxo da luta popular.**

A CGTP-IN, grande baluarte da classe operária e de todos os trabalhadores portugueses, desempenha um papel determinante na resistência dos trabalhadores à ofensiva do governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral.

A sua influência, como o comprova o êxito do seu III Congresso, continua a reforçar-se enquanto o divisionismo mais se desacredita.

Unir ainda mais o movimento sindical em torno da CGTP-IN, alargar o seu campo de influência a novos sectores, melhorar a organização sindical, nomeadamente a nível das empresas, é fundamental para novos êxitos na luta dos trabalhadores.

O movimento dos pequenos e médios agricultores diversificou-se e alargou a sua influência a novas regiões, adquirindo uma dimensão nacional. A realização do II Encontro da Lavoura – Assembleia Geral da CNA, reflectiu o reforço da unidade e coesão do movimento camponês.

Em torno da questão dos despejos dos rendeiros, das tabelas de renda máxima, do preço do gasóleo, do escoamento e das taxas de vinho, das dificuldades de abastecimento dos adubos, das ameaças aos baldios, os camponeses têm desenvolvido a sua luta através de formas variadas envolvendo milhares e milhares de agricultores do Norte ao Sul do País.

O movimento de mulheres, nas suas várias expressões, tem-se desenvolvido duma forma impetuosa. A participação intensa nas lutas reivindicativas, sindicais e políticas, na luta contra o desemprego, contra a subida dos preços, contra a política repressiva e subversiva do governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral, mostram a vitalidade deste importante destacamento da luta popular. A realização em Abril do I Congresso do MDM, o seu vasto trabalho preparatório e as suas conclusões, constituiram um importante acontecimento e contributo para a defesa dos direitos da mulher e para a dinamização da sua acção.

O movimento da juventude, tem-se desenvolvido na participação crescente nas grandes acções de massas em defesa do regime democrático e da Reforma Agrária; na revitalização da luta estudantil; pelo direito ao trabalho, contra a repressão patronal, os despedimentos e as discriminações.

O papel da JCP no movimento e na luta da juventude é essencial. O I Congresso da JCP a realizar nos próximos dias 24 e 25 de Maio, suscita, desde já, o entusiasmo e a mobilização de milhares de jovens e assumirá um importantissimo papel no ulterior reforço da luta da juventude portuguesa.

O movimento dos intelectuais e quadros técnicos, que se aproxima e integra no ascenso geral do descontentamento popular, participa crescentemente no protesto nacional contra a censura e a manipulação na comunicação social, contra a política cultural obscurantista, a degradação do ensino e da Saúde, a sujeição ao colonialismo tecnológico e científico, e luta pela paz e o desenvolvimento independente.

O movimento dos pequenos e médios comerciantes e industriais continua a desenvolver uma actividade positiva em defesa dos seus interesses reclamando a redução das taxas de juro e o alargamento do mercado interno, protestando contra as manobras especulativas dos grandes intermediários e lutando contra as crescentes dificuldades e a intensificação das falências resultantes da política económica do governo.

O movimento dos reformados, pensionistas e idosos desenvolve a luta em torno de prementes

reivindicações, como a actualização de pensões de reforma de acordo com o aumento do custo de vida, a pensão mínima que não seja inferior a metade da salário mínimo nacional, assistência médica e medicamentosa, descontos nos transportes públicos.

5. O CC apela à intensificação do trabalho organizativo, informativo e de propaganda com vista ao **desenvolvimento ainda mais amplo e poderoso das lutas populares de massas em todas as frentes.**

A par da luta com objectivos imediatos e concretos em relação a problemas que tocam directamente a situação das massas populares, é necessário desenvolver a luta contra o assalto e o monopólio dos meios de comunicação social pelos partidos da «AD», contra a política económica do governo, contra a integração de Portugal no Mercado Comum, contra a sua política externa servil ao imperialismo norte-americano e à NATO.

6. Na situação actual a luta económica e social e a luta política são inseparáveis, dada a agudeza dos problemas de carácter económico e social que atingem profundamente os interesses das massas e são a consequência directa da actuação do governo reaccionário.

A rápida politização das lutas económicas e sociais é inevitável.

O CC salienta existirem condições objectivas e subjectivas para a acentuação do fluxo da luta popular de massas, inseparável na situação actual da luta pela demissão do governo Sá Carneiro.

7. O CC salienta a necessidade de conjugar todas as formas de acção: luta de massas, acção parlamentar, diligências junto dos órgãos do Poder, trabalho nas autarquias, recurso aos Tribunais, concorrência às eleições.

8. O CC chama a atenção para os **perigos na situação presente de qualquer recurso a formas de acção fora do quadro constitucional.**

O lançamento por petardos de um «manifesto» das «Forças Populares 25 de Abril» (FP-25) anunciando a criação de um «Exército Revolucionário» para «enquadrar militarmente as massas trabalhadoras no assalto ao poder da burguesia», aparece como autêntica provocação. Pelo conteúdo, as consignas e a linguagem (embora sendo de admitir tratar-se de provocação da extrema-direita) não se exclui tratar-se de grupos aventureiristas ditos de esquerda.

De qualquer forma, o CC adverte que quaisquer «acções violentas» (actos terroristas, assaltos a bancos e outros) ligados aparentemente, como anuncia o «manifesto», à Reforma Agrária, às lutas da classe operária e dos pequenos agricultores, etc., assumiriam um carácter provocatório servindo as forças reaccionárias.

9. **O CC insiste em que toda a acção popular e democrática se desenvolve e deve continuar a desenvolver-se no quadro da Constituição, da legalidade e da ordem democráticas, das instituições e do regime, das liberdades e direitos consagrados na Constituição.**

Esse quadro político e jurídico não permite à reacção realizar os seus planos de destruição das conquistas de Abril e do regime democrático. Por isso ela o viola e quer destruir. Mas dá campo suficiente ao povo português para defender os seus direitos e conquistas e assegurar o prosseguimento do Portugal de Abril.

11

Unidade das forças democráticas

1. O CC confirma **a política do PCP de aproximação, entendimento e unidade de acção dos democratas e patriotas portugueses para fazer frente e derrotar a ofensiva e os planos subversivos da reacção e para assegurar a continuação do regime democrático.**

2. **O CC resolveu estreitar os laços de cooperação democrática com o MDP e com numerosos democratas com ou sem filiação partidária que já hoje actuam em comum com o PCP.**

3. **O CC insiste na total disponibilidade do PCP para considerar com o PS, sem quaisquer condições prévias, todos os problemas relativos à situação actual,** a fim de chegar a acordos gerais ou pontuais e a acções comuns, coordenadas ou convergentes, que permitam fazer frente vitoriosamente à ofensiva do governo PPD/CDS, derrotar a reacção, derrubar o governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral, assegurar eleições democráticas e assegurar nas próximas eleições estrondosa vitória da democracia.

4. **Com os mesmos objectivos, o CC considerou favoravelmente os contactos regulares com a UEDS e a eventual realização de encontros informais e exploratórios com a ASDI e com a UDP.**

5. Quando os partidos reaccionários dispõem de frágil maioria na Assembleia da República e continuam a governar, não porque tenham alcançado maioria de votos, mas porque se

encontram coligados; quando as forças fascistas, fascizantes, reaccionários de todos os matizes se unem no mesmo plano de destruição do regime democrático para a instauração de uma nova ditadura; – **é um dever elementar de todos os democratas e patriotas, seja qual for o partido ou tendência política em que se situam, fazer tudo para chegar a um acordo a fim de derrotarem os planos sinistros da contra-revolução e para assegurarem a continuação do Portugal de Abril.**

12

Reforço e papel do PCP

1. O CC salienta o papel determinante do PCP na oposição à política e aos planos subversivos dos partidos reaccionários.

O reforço do Partido – o reforço da organização, da propaganda, dos quadros – é condição essencial para o desenvolvimento do movimento de massas e para conduzir finalmente a uma alternativa democrática.

2. O CC examinou a próxima realização de grandes iniciativas do Partido:

- **A Conferência do PCP «Portugal e o Mercado Comum»** a realizar em 31 de Maio na cidade do Porto.
- **A Conferência Nacional do PCP** (sobre as próximas eleições) a realizar em 14 de Junho, também na cidade do Porto.
- **A Festa do «Avante!»** a realizar nos dias 11, 12 e 13 de Julho no Alto da Ajuda, em Lisboa.

Estas grandes iniciativas representarão importante papel na justa orientação e na dinamização do Partido e das massas. O Partido trabalha afanosamente para o seu inteiro êxito.

3. O CC deu um **balanço ao andamento da campanha de recrutamento** que colocou como meta global mais 10 000 novos militantes até à Conferência Nacional do Partido, em 14 de Junho.

O CC verificou que os resultados são inteiramente satisfatórios esperando-se que a meta estabelecida será largamente ultrapassada.

4. O CC está seguro que todas as organizações e militantes do Partido empenharão os seus esforços para o cumprimento com sucesso das tarefas indicadas na presente reunião plenária.

5. O PCP é o grande organizador, promotor e inspirador da luta popular. É uma força necessária, indispensável e insubstituível para a defesa dos interesses dos trabalhadores e das massas populares, para o combate às forças reaccionárias, para a defesa das liberdades e das outras conquistas da revolução, para a defesa do regime democrático e da independência nacional.

Intimamente ligados à classe operária e às massas populares, prosseguindo incansavelmente uma política de unidade de todos os democratas e patriotas, os comunistas cumprirão com honra as suas tarefas.

A reacção será derrotada. O governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral será demitido. As ilegalidades e injustiças serão reparadas. As conquistas da revolução serão defendidas e prosseguirão. Portugal de Abril vive e viverá.

3 de Maio de 1980

O Comité Central
do Partido Comunista Português

A SITUAÇÃO INTERNACIONAL A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO E A ACTIVIDADE INTERNACIONAL

1. O CC do PCP analisou **a evolução recente da situação internacional**, a qual confirma a apreciação feita na sua reunião de 25 de Janeiro.

O CC sublinha que a situação internacional continua a evoluir favoravelmente às forças da democracia, da independência nacional, da paz, do progresso social e do socialismo.

A proclamação da independência do Zimbabwé, na sequência de uma longa e dura luta armada de libertação, confirmando a irreversibilidade e diversidade do processo revolucionário, constitui uma importante vitória sobre o imperialismo e o racismo em África e no mundo. O CC do PCP reafirma a solidariedade combativa dos comunistas portugueses à ZANU, às forças patrióticas e ao povo do Zimbabwé, assim como à SWAPO da Namíbia e à ANC da África do Sul que corajosamente dirigem os seus povos na luta de libertação nacional, contra o racismo e o "apartheid" e a todos os povos em luta pela sua emancipação nacional e social.

O CC considerou em particular as graves ameaças para a paz e a segurança dos povos resultantes das tentativas do imperialismo para deter o avanço do processo revolucionário de emancipação social e nacional dos povos, para enfrentar o agravamento da crise geral do capitalismo à custa dos trabalhadores e das massas populares, das restrições e ataques às liberdades democráticas e à independência dos povos.

O imperialismo desencadeou a mais larga e perigosa contra-ofensiva contra a paz e a segurança dos povos depois do período de "guerra fria".

O programa armamentista a longo prazo adoptado pela NATO sob pressão dos EUA em Maio de 78; o sinistro projecto da bomba de neutrões; a não ratificação pelos EUA dos acordos SALT II; a criação da "força de intervenção rápida" norte-americana; as provocações contra Cuba por altura da Conferência dos Países Não-Alinhados; o reforço de bases militares e as gigantescas operações navais dos EUA no Oceano Índico, Golfo Pérsico e nas Caraíbas; a decisão da NATO de instalar novos mísseis norte-americanos em países da Europa Ocidental; as medidas de retaliação e boicote tomadas pela administração de Carter contra a URSS e outros países socialistas assim como contra o Irão; a orquestração de violentas campanhas anticomunistas e anti-soviéticas; as pressões e chantagens exercidas pelos EUA sobre os seus aliados e o conluio do imperialismo com os dirigentes chineses; a atmosfera de histeria e chauvinismo que rodeia a campanha eleitoral nos EUA — são factos que se inscrevem numa estratégia de "posições de força", de confrontação com o campo socialista, de preparação material e psicológica para a guerra por parte dos círculos mais reaccionários e agressivos dos EUA e da NATO.

Tal como o nosso Partido já assinalou, a gigantesca campanha anticomunista e anti-soviética orquestrada pelo imperialismo norte-americano com o pretexto dos acontecimentos no Afeganistão constitui uma cobertura à estratégia agressiva do imperialismo, à sua política dirigida contra a coexistência pacífica entre Estados com regimes sociais diferentes, contra o desanuviamento, pelo regresso à "guerra fria" nas relações internacionais.

A operação militar recentemente desencadeada pelos EUA contra o Irão, mostra até que ponto os círculos mais reaccionários e agressivos do imperialismo norte-americano estão dispostos a ir na sua linha provocatória e aventureira. A operação saldou-se num estrondoso fracasso. Mas não estão afastados os perigos de novas aventuras militares imperialistas no Irão e noutros pontos da região e do mundo, que podem mergulhar a Humanidade numa guerra destruidora.

Os falcões do Pentágono, que afastaram inclusive o secretário de Estado Cyrus Vance, procuram a todo o custo, em nome da "solidariedade ocidental", arrastar as potências imperialistas da CEE e o Japão na sua estratégia belicista, impondo-lhes uma política de factos consumados.

O CC do PCP denuncia como particularmente perigosos os propósitos agressivos do imperialismo no Próximo e Médio Oriente e reitera a sua solidariedade para com os povos árabes, designadamente o povo palestiniano, para com os povos do Afeganistão e do Irão, para com todos os povos e forças progressistas e anti-imperialistas da região.

Ao mesmo tempo chama a atenção para as ameaças que pesam sobre outros povos e regiões do mundo, como na América Central, onde, aliás, o movimento de libertação social e nacional dos povos conhece um visível ascenso, nomeadamente na Nicarágua, no Salvador, etc. As gigantescas operações militares norte-americanas marcadas para o próximo dia 8 de Maio — que prevêem a movimentação de colossais efectivos e meios militares e a violação de águas territoriais cubanas — constitui uma perigosa provocação contra Cuba Socialista e as Caraíbas.

O CC denuncia uma vez mais a decisão adoptada em Dezembro pela NATO de instalar na Europa Ocidental cerca de 600 novos mísseis norte-americanos como um acto de extrema gravidade para a paz e a segurança no nosso continente e chama os trabalhadores e o Povo português a prosseguirem a luta para impedir a aplicação desta decisão, por negociações, pelo desarmamento.

O CC do PCP considera que a mobilização das mais amplas camadas populares e a mais larga cooperação de todas as forças políticas, sociais e religiosas que se opõem à guerra é possível e é necessária.

S/PCP

O movimento pela paz e o desarmamento em Portugal constitui uma componente específica e importante do movimento popular. O PCP está pronto a considerar com todas as forças democráticas, patrióticas e amantes da paz do nosso País iniciativas e acções amplamente unitárias pela paz e o desarmamento.

O CC do PCP manifesta a sua profunda convicção de que é possível pela acção unida e resoluta das forças revolucionárias e pacíficas, fazer recuar os planos hegemónicos e agressivos do imperialismo, defender o desanuviamento, assegurar a paz e alcançar novos sucessos no caminho da democracia, da independência nacional e do socialismo.

2. **A política externa do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral**, constitui um dos pilares em que assenta o plano subversivo visando a liquidação do regime democrático português e a instauração de uma nova ditadura.

O Governo dos partidos reaccionários procura por todos os meios ganhar apoios junto da pior reacção europeia e mundial, pratica uma política de abandono nacional e de submissão ao imperialismo, proclama-se adversário do desanuviamento e participa activamente nas campanhas imperialistas de agudização da situação internacional.

O CC expressa a firme oposição dos comunistas perante o reforço acelerado da participação de Portugal na NATO e a subordinação das Forças Armadas nacionais aos seus mecanismos; a entrada de Portugal no Mercado Comum dos monopólios, que o Governo procura precipitar sem curar sequer dos mais elementares interesses nacionais; as acções irresponsáveis e provocatórias visando dificultar e restringir as relações de Portugal com a URSS e outros países socialistas; a sabotagem das relações com os novos países africanos, designadamente acolhendo traidores e alimentando planos neocolonialistas, intrigas e conspirações contra esses Estados; a submissão servil às ordens da administração Carter, bem patentes no caso do Afeganistão, no corte de relações comerciais com o Irão, assim como na tentativa de boicote aos Jogos Olímpicos; a utilização de bases militares situadas em território português, em actos de agressão do imperialismo contra outros povos; a atitude hostil à realização da Conferência de Madrid sobre a Segurança e Cooperação Europeia.

O CC do PCP alerta os trabalhadores e o Povo português para os graves perigos a que está exposto Portugal, em resultado do envolvimento e participação activa do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral nos planos agressivos e aventureiros do imperialismo norte-americano e da NATO.

O CC do PCP chama a classe operária, o Povo português e todas as forças democráticas e patrióticas a intensificarem a luta em defesa da independência e soberania nacional, contra a política de submissão e alinhamento com o imperialismo.

O CC do PCP insiste na necessidade da pronta normalização das relações de amizade e cooperação com a URSS, outros países socialistas e os novos Estados africanos com os quais a política do actual Governo cria dificuldades.

O CC do PCP insiste em que o respeito pelos princípios da política externa consagrados na Constituição, a efectiva diversificação das nossas relações externas, a defesa dos interesses e da soberania nacional, a realização de uma política de paz, amizade e cooperação com todos os povos é de interesse vital para os trabalhadores e o povo, para a defesa do regime democrático, o progresso e a independência nacional.

3. O CC do PCP discutiu e aprovou **a actividade internacional do Partido** no período recente.

Desde o início do ano, o PCP recebeu em Portugal delegações dos partidos comunistas de Espanha, da Holanda, da Checoslováquia, da França e outras delegações oficiais e grupos de estudo. Delegações do PCP deslocaram-se a Cuba, Angola, ao Médio Oriente, a vários países da Europa Ocidental. O PCP esteve representado nos Congressos do Partido Operário Unificado Polaco, do Partido Socialista Operário Húngaro assim como noutros Congressos, Encontros e Conferências Internacionais. Novas iniciativas estão previstas para o futuro próximo e imediato.

O PCP sempre considera as suas tarefas nacionais indissociáveis dos seus deveres internacionalistas. O PCP actua pela coesão das três grandes forças revolucionárias da época contemporânea — a URSS e os outros países socialistas, o movimento operário dos países capitalistas, o movimento de libertação nacional — e pelo fortalecimento da unidade do movimento comunista internacional na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

O CC considera que o desenvolvimento das relações do PCP com outros partidos comunistas assim como com partidos e movimentos democráticos e revolucionários constitui um factor fundamental para o desenvolvimento dos laços de amizade e cooperação do Povo português com os outros povos, para o desenvolvimento das relações de paz e amizade entre o novo Portugal democrático e os outros países do mundo.

O CC do PCP sublinha que a unidade do movimento comunista internacional constitui fundamento e factor decisivo insubstituível da unidade de todas as forças anti-imperialistas, de todas as forças que lutam pela democracia, a paz, a independência, o progresso social e o socialismo. O CC destacou em particular a importância da amizade, cooperação e solidariedade dos partidos comunistas dos países capitalistas e dos países socialistas.

Foi sempre uma constante da actividade e da orientação do PCP a sua disponibilidade e vontade em se encontrar com os partidos irmãos para trocar experiências, analisar a situação, discutir opiniões e acordar acções comuns, tanto através de encontros bilaterais como em encontros multilaterais, de diversos tipos, na preparação dos quais é sem dúvida desejável haver uma consulta prévia que permita a contribuição de cada partido com a sua experiência e opinião.

O CC recebeu uma informação sobre o encontro dos partidos comunistas e operários da Europa realizado em Paris a 28 e 29 de Abril em que participou uma delegação do PCP. O CC do PCP considera de maior importância a luta pelos objectivos apontados no "Apelo dos Comunistas aos Povos dos Países da Europa" adoptado nesse encontro e a necessidade de desenvolver iniciativas adequadas a diferentes níveis visando a mobilização das mais amplas forças sociais e políticas, pelo desanuviamento, a paz e o desarmamento.

3 de Maio de 1980

O Comité Central do
Partido Comunista Português

16/PCP